



Área sectorial	Sistema Urbano e Equipamentos			
Designação do documento	Relatório Final – Diagnóstico e Visão Estratégica			
Equipa	Teresa Sá Marques (coord.) Equipa: Isabel Beja, Filipe Silva, Eduarda Ferreira, Mariana Brandão. Equipa da FLUP: Elsa Pacheco, Fátima Matos e Mário Fernandes.			
	Data	22	05	2008



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER

ÍNDICE

1	Referências das políticas nacionais	5
1.1	<i>A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável</i>	5
1.2	<i>Sistematização das ideias chave da “Política de Cidades” – POLIS XXI</i>	10
1.3	<i>Sistematização das ideias chave do PNPOT</i>	13
2	Diagnóstico Estratégico	15
2.1	<i>Processos de Urbanização e Modelo de Povoamento</i>	15
2.2	<i>Função Residencial</i>	23
2.3	<i>Património Urbano</i>	32
2.4	<i>Centralidades E Rede de Equipamentos e de Serviços</i>	35
2.5	<i>Condições de acessibilidades à estrutura urbana</i>	55
2.6	<i>Sistema Urbano</i>	63
2.7	<i>Sumário Executivo do Diagnóstico Estratégico</i>	67
3	Visão e Apostas estratégicas.....	69
3.1	<i>Enquadramento</i>	69
3.2	<i>Avaliação do Desempenho da Cidade / Centro Urbano</i>	70
3.3	<i>Especializações e Redes</i>	71
3.4	<i>Identidade e conectividade regional.....</i>	78
4	. BIBLIOGRAFIA	82

ÍNDICE FIGURAS

Figura 2-1 Densidades e Dinâmicas de Ocupação do solo (População, alojamentos e emprego)	16
Figura 2-2 Síntese Funcional	16
Figura 2-3 Distribuição da população por lugar, 2001	18
Figura 2-4 Densidade Populacional, 2001, por subsecções.....	19
Figura 2-5 Emprego na Indústria Transformadora em 2005, por freguesia	20
Figura 2-6 Emprego no Comércio e Serviços em 2005, por freguesia.....	21
Figura 2-7-Alojamentos familiares clássicos vagos, 2001.....	26
Figura 2-8 Alojamentos familiares clássicos sobrelotados, 2001	27
Figura 2-9 Alojamentos familiares clássicos sem banho ou duche, 2001	27
Figura 2-10 Edifícios degradados, 2001	28
Figura 2-11 Áreas históricas: problemas e dinâmicas	29
Figura 2-12 Áreas urbanas desqualificadas (%).....	30
Figura 2-13 - Hierarquia do Património URBANO	33
Figura 2-14 Oferta de Equipamentos e Serviços de Saúde	35
Figura 2-15 Oferta de Equipamentos e Serviços de Educação e Formação	37
Figura 2-16 Oferta de Equipamentos e Serviços de Apoio Social.....	39
Figura 2-17 - Oferta de Equipamentos e Serviços de Cultura	40
Figura 2-18 Oferta de equipamentos e Serviços Desportivos	42
Figura 2-19 Oferta de equipamentos e Serviços do Conhecimento.....	44
Figura 2-20– Oferta de Comércio e Serviços	45
Figura 2-21 Oferta de Serviços Públicos e Administrativos.....	46
Figura 2-22 Centralidades urbanas e espaços de dependência	54
Figura 2-23 Centralidades urbanas e espaços de dependência	54
Figura 2-24 – Rede viária utilizada para a análise de acessibilidade à região do este e vale do tejo	55
Figura 2-25 – Acessibilidade da Região de Oeste e vale do tejo à cidade de Lisboa	56
Figura 2-26 Movimentos pendulares casa-trabalho, inter-concelhos, 2001.....	57

Figura 2-27 Fluxos dominantes nos movimentos casa-trabalho, 2001	58
Figura 2-28 Movimentos pendulares casa-trabalho (freguesia de residência e concelho de trabalho), 2001.....	59
Figura 2-29 – Acessibilidade da Região OVT aos Hospitais GErals e às Escolas Secundárias.....	60
Figura 2-30 Sistema Urbano Regional – a partir da proposta do PNPOT	63
Figura 2-31 Variação da população urbana, entre 1991 e 2001	65
Figura 2-32 Sistema Urbano Regional	66

INDICE TABELAS

Tabela 2-1 Ocupação do parque habitacional em 2001	24
Tabela 2-2 Variação na ocupação dos alojamentos na Região Oeste e Vale do Tejo (1991-2001)	25
Tabela 2-3 População que acede a alguns equipamentos em menos de 20 minutos (%).....	60

INDICE GRÁFICOS

Gráfico 2-1 -Qualificação da Oferta dos Equipamentos de Saúde (%)	36
GRÁFICO 2-2 QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO (%)	38
Gráfico 2-3 Qualificação da Oferta dos Equipamentos de Segurança Social (%)	39
Gráfico 2-4 - Qualificação da Oferta dos Equipamentos de Cultura (%)	41
Gráfico 2-5 Qualificação da Oferta dos Equipamentos de Desporto e Lazer (%)	43

1 REFERÊNCIAS DAS POLÍTICAS NACIONAIS

1.1 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável” (ENDS) identifica sete objectivos, onde realçamos a importância que é dada às cidades:

1. Preparar Portugal para a sociedade do conhecimento;
2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. Melhorar o ambiente e valorização do património natural;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. **Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território** (... valorizando o papel das cidades como motores fundamentais do desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, e reforçando o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território);
6. Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada;

A Visão para o 5º Objectivo passa por:

- *Consolidar e projectar internacionalmente as grandes centralidades metropolitanas de Lisboa e Porto:*
 - ◆ (...);
 - ◆ a região (arco metropolitano) sob influência mais directa da AML abrange um amplo território que se estende até Leiria a Norte e Sines a Sul, e penetra a Leste no Ribatejo e Alentejo Central. Os recursos e actividades desta região estão muito concentrados no núcleo envolvente da capital, devendo promover-se o desenvolvimento de outras centralidades urbanas, contribuindo assim para um maior policentrismo e um menor congestionamento do seu modelo de desenvolvimento urbano;
- *Promover o policentrismo urbano e a coesão territorial:*
 - ◆ a estreita articulação da estrutura do sistema urbano com a das redes de transportes e acessibilidades constitui um dos factores chave do desenvolvimento e da coesão territorial do país;
 - ◆ o reforço do policentrismo (factor ordenador da complementaridade e da organização dos

espaços dos dois grandes arcos metropolitanos de Lisboa e do Noroeste) deve igualmente ser um princípio orientador do ordenamento do conjunto da estrutura urbana e do sistema de acessibilidades do continente;

- ◆ neste sentido, importará:
 - i) reforçar a rede de cidades do Centro Litoral e as suas funções de charneira entre aqueles dois grandes sistemas metropolitanos e de indução do desenvolvimento do interior;
 - ii) requalificar e valorizar o sistema urbano algarvio como factor de competitividade das actividades turísticas e de diversificação para serviços de acolhimento e de actividades mais intensivas em conhecimento;
 - iii) integrar na estrutura e dinâmica urbanas nacionais o desenvolvimento de centralidades e de sistemas urbanos do interior, através da consolidação e promoção de redes de suporte à comunicação e cooperação entre cidades não só no sentido transversal (litoral-interior) mas também no sentido interior-interior, nomeadamente com o realce dado aos dois eixos interiores longitudinais;
- ◆ A opção por uma perspectiva integrada de desenvolvimento urbano-rural, com o ordenamento do território e o desenvolvimento rural naturalmente em primeira linha, representa assim uma dimensão adicional do policentrismo e da coesão territorial a promover no quadro da implementação da ENDS;
- ◆ Desempenhando as tecnologias de informação e comunicação um papel crítico no desenvolvimento das regiões, é fundamental assegurar uma boa conectividade digital da malha policêntrica referida e promover o enraizamento local das competências em TIC;

No PIENS as **Prioridades e Vectores Estratégicos** (para o Objectivo 5 da ENDS) podem ser esquematizadas da seguinte forma.

Prioridades	Vectores Estratégicos
(...)	(...)
Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação do eixo Norte-Sul na vertente Ferroviária ▪ Acessibilidades regionais estruturantes da consolidação de um modelo territorial mais policêntrico

<p>Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições regulamentares, financeiras e fiscais favoráveis a um urbanismo com acessibilidades e mobilidade sustentáveis ▪ Parcerias entre cidades para a atractividade e diferenciação ▪ Incentivos ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, requalificadas e com memória ▪ Melhor integração cidades-região.
--	---

As metas identificadas para atingir este objectivo passam pelo reforço das redes de cooperação e das redes temáticas entre cidades, pela promoção de pólos regionais de competitividade, pela implementação de projectos de parceria para a regeneração urbana e pela afirmação de um sistema infraestrutural de apoio à inovação urbana.

Ideias – chave do “Plano de Implementação da ENDS” (PIENDS):

VECTOR	<i>Intervenções de Referência</i>		
<p>Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico</p>	<p>1. Construção de uma nova linha ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Porto, articulando com a rede convencional nos seus terminais e estações intermédias, designadamente em Leiria, Coimbra e Aveiro;</p> <p>2. Investimento nas articulações entre rede rodoviária principal (Ips e lcs) e redes de âmbito local ou regional através de vias com características de traçado adequados à sua função de distribuição, integrando programas regionais de variantes e circulares urbanas;</p>		
<p>Cidades Atractivas, Acessíveis e Sustentáveis</p>	<p>3. Parcerias entre cidades para a atractividade e diferenciação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação de equipamentos e sistemas que reforcem a atractividade das cidades para novas actividades mais intensivas em conhecimento ou que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. Estes investimentos devem ser realizados numa perspectiva de fortalecerem o policentrismo e serem prioritariamente dirigidos às regiões de urbanização difusa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição selectiva de pólos regionais de inovação (tecnopólos); ▪ Criação de zonas de localização industrial; ▪ Instalação de parques empresariais destinados à instalação de actividades de serviços partilhados; ▪ Instalação de infraestruturas de formação;

Incentivos ao Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis, Requalificadas e com Memória	<p>4. Investimentos a concretizar nas cidades individualmente consideradas e destinados a reforçar a sustentabilidade do seu funcionamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Experimentação de novas formas organizativas de transporte público, utilizando soluções inovadoras de motorização e telemática; ▪ Difusão de novas soluções de produção descentralizada de energia e sua gestão eficiente, para fins residenciais em áreas urbanas; ▪ Apoio à criação de corredores ecológicos e de espaços públicos verdes nas cidades; ▪ Apoio à experimentação de novas soluções e de intervenções de reabilitação dos sistemas de saneamento básico nas grandes áreas urbanas; 	
	<p>5. Intervenções de requalificação urbana de grande dimensão e urgência</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas; ▪ Revitalização de centros históricos das cidades e de áreas urbanas consolidadas mas degradadas; ▪ Qualificação de periferias; 	
	<p>6. Apoio à instalação de novos patrimónios museológicos e de colecções de arte;</p>		
	<p>7. Apoio à formação ou integração em redes de museus e de colecções de arte;</p>		
	<p>8. Desenvolvimento de iniciativa orientada para o fomento das actividades criativas e para a valorização dos factores culturais;</p>		

Melhor Integração Cidades-Regiões	9. Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos de carácter supramunicipal no âmbito de projectos de cooperação intra-urbana;		
	10. Organização e gestão de sistemas intermunicipais (mobilidade, equipamentos urbanos complementares, redes ecológicas, ...);		
	11. Projectos intermunicipais de reordenamento de actividades com o objectivo de qualificação da paisagem e do ambiente;		
Programas Integrados de Incentivos para Regiões com graves problemas de reconversão	12. Apoios suplementares para programas integrados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos à localização de novas actividades; ▪ Implantação de centros de conhecimento, integrados em redes mais vastas; ▪ Melhoria da atractividade das cidades e intervenções em acessibilidades estruturantes do espaço; 	
	13. Apoios suplementares para programas destinados à cooperação entre cidades em NUTs III de baixa densidade populacional e com significativos déficits de desenvolvimento (ex: Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre);		
	14. Apoios suplementares à diversificação de actividades e à melhoria dos Centros Urbanos em NUTs III com significativos déficits de desenvolvimento e atingidas por processos de destruição maciça de recursos naturais (ex: Médio Tejo);		

1.2 SISTEMATIZAÇÃO DAS IDEIAS CHAVE DA “POLÍTICA DE CIDADES” – POLIS XXI

A **Política de Cidades** apresenta como **principais objectivos** o seguinte:

- Adicionar à dimensão intra-urbana uma visão mais ampla, que considere a cidade no quadro tanto de redes urbanas nacionais e internacionais como da região em que se integra;
- Colocar as intervenções físicas ao serviço de uma política mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão, competitividade e sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver novas formas de governação que se traduzam numa participação acrescida dos cidadãos, em mecanismos flexíveis de cooperação entre cidades e entre estas e os espaços envolventes bem como num maior envolvimento dos diversos actores urbanos.

Face a estes objectivos são identificados os **quatro desafios** que se colocam nos próximos anos em matéria de **desenvolvimento urbano**. Os desafios mais relevantes são:

- As cidades como territórios de inovação e competitividade;
- As cidades como territórios de coesão social e cidadania;
- As cidades como territórios de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida;
- As cidades como territórios bem planeados e governados;

De forma a serem atingidos os objectivos identificados, as Acções devem concretizar os seguintes Princípios: Princípio da Coerência Estratégica; Princípio da Inovação; Princípio da Contratualização; Princípio da Parceria; Princípio do Mérito.

A Política de cidades POLIS XXI privilegiará operações integradas e inovadoras no quadro de uma visão estratégica para a cidade e será uma política contratualizada, assente em parcerias coerentes e com a afectação de recursos públicos efectuada numa base competitiva entre cidades ou redes de cidades, o que implica novas formas de governância das cidades e territórios.

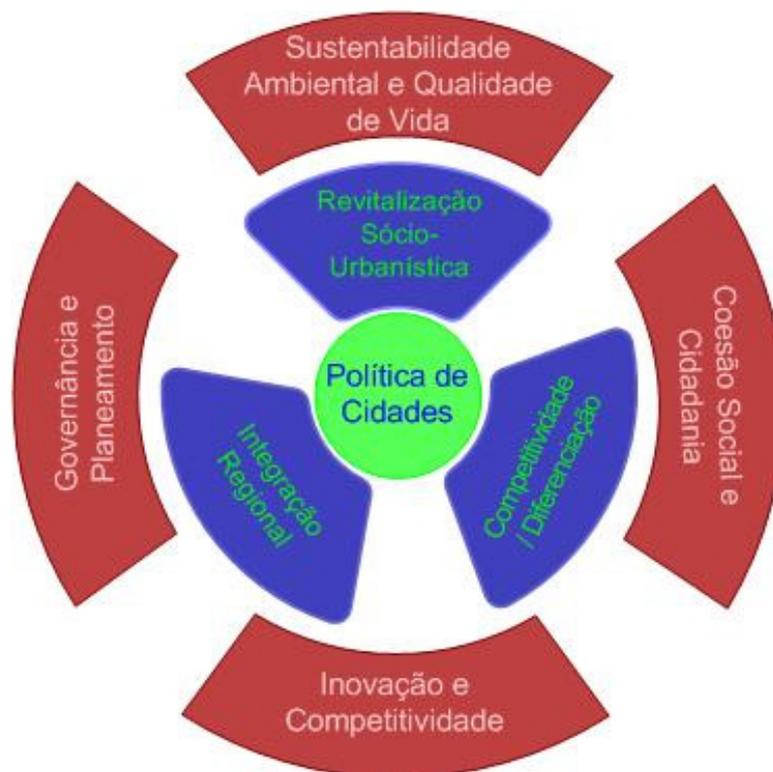
A **Estratégia de Intervenção** organiza-se segundo **três dimensões**:

- *Revitalização Sócio-Urbanística* (reorientar os processos de desenvolvimento urbano a favor da regeneração e valorização de áreas construídas, da qualificação dos espaços públicos e da invenção de novas funções urbanas para áreas obsoletas ou em risco);
- *Competitividade/Diferenciação* (contribuir para uma maior diferenciação funcional das aglomerações urbanas, tendo por base a qualificação dos factores de atracção de actividades

inovadoras e de elevada produtividade bem como a associação criativa entre conhecimento, cultura, valores distintivos de cada cidade e actividade económica);

- *Integração Regional* (visa assegurar uma boa articulação da cidade com a área envolvente de forma a estruturar sistemas ambientais e territoriais de nível supramunicipal susceptíveis de promover espaços regionais coesos, policêntricos e densos em funções urbanas, economias de aglomeração e factores dinâmicos de desenvolvimento).

Assim, a Políticas de Cidades identifica **4 desafios** que devem orientar a construção da Visão para o Sistema Urbano Regional e as três dimensões de intervenção que vão orientar e apoiar a construção desse cenário prospectivo:



De acordo com uma tipologia de áreas urbanas, a **Política de Cidades** define um **conjunto de orientações**, que esquematicamente enunciamos em seguida:

Tipologias Consideradas	Orientações
Áreas Metropolitanas	(...)
Conurbações do Litoral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ordenar e reforçar polaridades (policentrismo); ▪ Qualificar os sistemas e equipamentos intermunicipais; ▪ Estruturar complementaridades e o funcionamento em rede; ▪ Ganhar economias de aglomeração e densificar interações; ▪ Organizar o sistema territorial de mobilidades; ▪ Requalificar a localização de actividades industriais;
Cidades Médias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reganhar polivalência; ▪ Dar estrutura urbana às entradas, periferias e novas expansões (equip. de referência); ▪ Atrair novas actividades e desenvolver <i>clusters</i> competitivos de negócios; ▪ Aproveitar as oportunidades da economia e da sociedade do conhecimento; ▪ Garantir a sustentabilidade de serviços e equipamentos de qualidade (à cidade e à região); ▪ Reforçar o potencial de dinamização das periferias rurais; ▪ Criar uma imagem distintiva (diferenciação) e valorizar o património; ▪ Inserção nas redes nacionais e internacionais de mobilidade e de cooperação;
Cidades de Fronteira	(...)

1.3 SISTEMATIZAÇÃO DAS IDEIAS CHAVE DO PNPOT

Apresentam-se as matrizes regional (Ribatejo e Oeste) com as propostas do PNPOT (versão final de Fevereiro 2006) organizadas segundo os quatro domínios de análise do sistema urbano:

- Papel económico e funcional,
- Forma e evolução do tecido urbano,
- Organização territorial na oferta de bens públicos
- Governância territorial.

Domínio temático	Diagnóstico/Situação actual	Propostas PNPOT
1. Papel económico e funcional	<ul style="list-style-type: none"> • 7% do PIB nacional. • A actividade industrial está fortemente ligada à exploração de recursos naturais: agro-indústrias, sobretudo na Lezíria, cerâmicas e vidro no Oeste. No Oeste registam-se algumas indústrias mecânicas e na Lezíria, nos concelhos periféricos à AML, registam-se algumas unidades inseridas no <i>cluster</i> automóvel. Os cenários trabalhados apontam para que a indústria continue a ser relevante no crescimento destas sub-regiões. • Médio Tejo tem especialização industrial: <i>cluster</i> madeira/papel, cortumes, cerâmica, cluster automóvel, cerâmica de construção, sector alimentar. Mas os serviços, turismo, transportes e funções logísticas deverão assumir uma crescente importância nesta sub-região. • Potencialidades do Médio Tejo como espaço de localização de indústria e actividades logísticas acabam por não se poderem afirmar pelo fraco peso específico das regiões do interior a que ligam os eixos que aqui têm a sua origem. • O Ribatejo e o Oeste, com destaque para a Lezíria, são a maior área da agricultura mercantil mais dinâmica e competitiva do país. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver aptidões para as actividades logísticas no eixo Vila Franca – Cartaxo – Santarém, apoiando iniciativas e promovendo infra-estruturas. • Reforçar o protagonismo de Santarém, com particular atenção às infra-estruturas para acolhimento de actividades intensivas em conhecimento. • Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um pólo industrial Abrantes - Ponte de Sor em torno das indústrias de fundição, automóvel e aeronáutica. • Preservar competitividade do sector agrícola.

2. Forma e evolução do tecido urbano	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da rede urbana no sentido do aproveitamento turístico.
3. Organização territorial na oferta de bens públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Médio Tejo é espaço de bifurcação de grandes infra-estruturas nacionais de comunicação. • O conjunto destes territórios é estruturado por dois grandes eixos radioconcêntricos convergindo em Lisboa. O eixo definido pela A8 e Linha do Oeste articula os aglomerados urbanos de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alcobça. Com maior dinamismo, o eixo Vila Franca de Xira/Cartaxo/Santarém, com prolongamento para o Médio Tejo, apoia-se sobre a A1 e a Linha do Norte e apresenta-se crescentemente integrado na dinâmica funcional comandada por Lisboa. Contudo, verifica-se que a tradicional separação pelo sistema montanhoso Montejunto/Aires/Candeeiros tende a atenuar-se com as novas acessibilidades transversais A15/IC10/IC11 e IC9, criando oportunidades para reforço das interdependências entre o sistema urbano do Oeste, Rio Maior e o eixo Santarém/Vila Franca de Xira. 	
4. Governância territorial	<ul style="list-style-type: none"> • O traçado das vias de comunicação, as opções de localização do novo aeroporto e de grandes infra-estruturas logísticas e as opções residenciais das famílias reforçam a integração na grande região funcional de Lisboa, condicionando os processos de desenvolvimento e de ordenamento deste território. • Oeste e Lezíria estão plenamente integrados nas lógicas de estruturação funcional da região metropolitana de Lisboa e constituem a área de expansão natural da AML e as alternativas de localização metropolitana de infra-estruturas, equipamentos e actividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta região terá na AML o principal elemento determinante do seu desenvolvimento. • Clarificar cenários de organização do território decorrentes da localização do novo aeroporto de Lisboa.

2 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

2.1 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E MODELO DE POVOAMENTO

Analisar os processos de urbanização sentidos no OVT passa pela compreensão dos processos de metropolização de toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A *região metropolitana de Lisboa* cresceu tendo como modelo um processo de metropolização de carácter intensivo. Uma força residencial, de actividades e de infra-estruturas evidencia-se na parte central (Lisboa e áreas urbanas adjacentes), com uma forma clara e com uma densidade muito acentuada e concentrada. Mais densa na margem norte, mais estendida e difusa na margem sul, a aglomeração urbana espalha-se sobretudo para norte.

Mais a norte, num posicionamento mais periférico, uma estrutura polinucleada desenvolve-se no OVT, fazendo emergir um conjunto de centralidades urbanas. Enquanto os serviços se concentram nas freguesias predominantemente urbanas (APU), já o comércio apresenta uma tendência de localização mais difusa, acompanhando os processos de difusão do povoamento. Em determinados locais há a tendência para a coalescência da mancha urbana dos diferentes núcleos do sistema urbano regional, sobretudo quando suportada pelos grandes eixos rodoviários. As dinâmicas evidenciam os processos de fragmentação da mancha urbana e a intensificação dos processos extensivos, sobretudo nos concelhos de Caldas da Rainha, Alcobaça e Rio Maior, Fátima-Ourém, no litoral e em alguns territórios de maior proximidade metropolitana.

Figura 2-1 Densidades e Dinâmicas de Ocupação do solo (População, alojamentos e emprego)

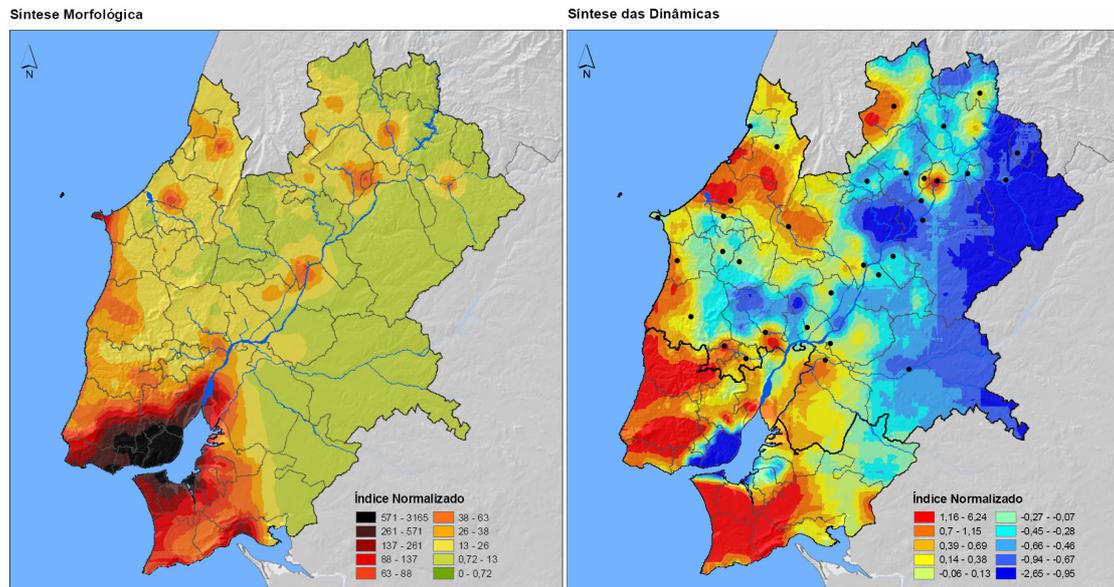
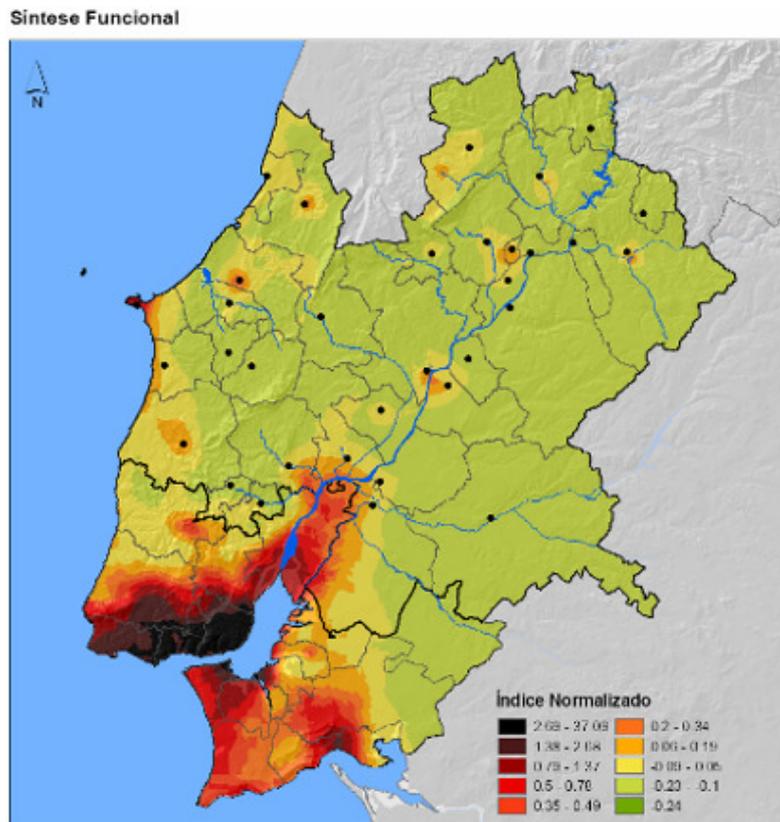


FIGURA 2-2 SÍNTESE FUNCIONAL



O Oeste e Vale do Tejo encontra-se num momento de transição, entre um modelo urbano estruturado por Lisboa e a possibilidade de incrementar a sua competitividade e complementaridade com Lisboa, aproveitando o novo enquadramento nas redes de equipamentos, acessibilidades e de transportes. As dinâmicas territoriais do Oeste e Vale do Tejo têm em boa parte resultado da sua crescente proximidade face a Lisboa. As novas condições de acessibilidade têm favorecido a consolidação do sistema urbano existente e criam as condições para a construção de um modelo territorial mais articulado e organizado.

A localização do aeroporto em Alcochete vai determinar uma maior pressão no sul da Lezíria, e pode contribuir para fomentar um maior equilíbrio territorial. O OVT tem obrigatoriamente de se abrir, e de se posicionar face esta nova infra-estrutura e face a Lisboa.

A mancha urbana do OVT cresceu condicionada pelas condições de acessibilidade, pela proximidade à praia, ou em função das dinâmicas da oferta comercial ou das oportunidades locativas transmitidas pela localização de novos equipamentos. Com isto, nem sempre foram acautelados os equilíbrios ecológicos, as morfologias e os interesses colectivos (em 2001, 53% dos edifícios existentes foram construídos no decurso dos 20 anos anteriores). Esta urbanidade retrata-se, designadamente, na difusão da mancha urbana ao longo da rede viária e do litoral. Neste âmbito, no futuro é necessário exercer um controlo mais apertado sobre o crescimento urbano.

Em termos de estrutura urbana do OVT, o sistema urbano deve ser equacionado e desenhado em função de um posicionamento estratégico em termos territoriais. Por um lado, deve reflectir as redes de articulação urbana de proximidade, por outro lado, deve posicionar as centralidades urbanas principais nos eixos de articulação e desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa.

O modelo de povoamento faz realçar um conjunto de aglomerados urbanos e a pulverização de diferentes estruturas de povoamento, com morfologias e densidades muito diferenciadas (Lugares, INE, 2001). No Oeste realçam-se claramente os aglomerados populacionais de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, no Médio Tejo sobretudo Tomar, Torres Novas e Abrantes, e na Lezíria do Tejo demarca-se Santarém. Na década de noventa houve uma forte disseminação de pequenos aglomerados e do modelo difuso de povoamento, muito especialmente no Oeste e nas áreas de maior acessibilidade de todo o OVT e nas áreas de maior acessibilidade à metrópole de Lisboa. Simultaneamente, as áreas periurbanas dilataram-se, a edificação linear ao longo das vias proliferou e os tecidos agro-florestais fragmentaram-se. Assim, em matéria de povoamento, na maioria das vezes não se promoveu a aglomeração, a colmatação e a interrelação entre a infra-estrutura e a edificação.

FIGURA 2-3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR LUGAR, 2001

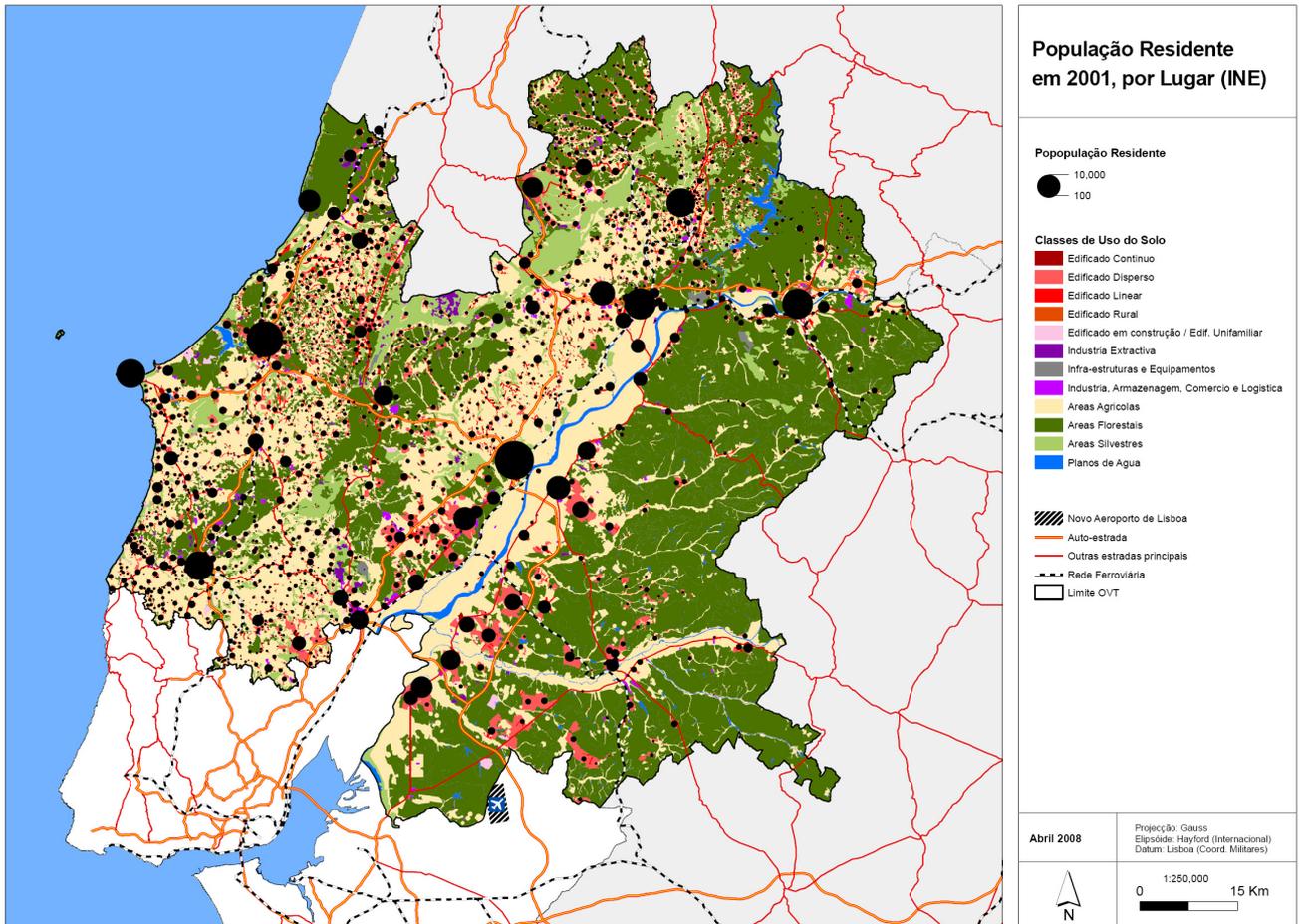
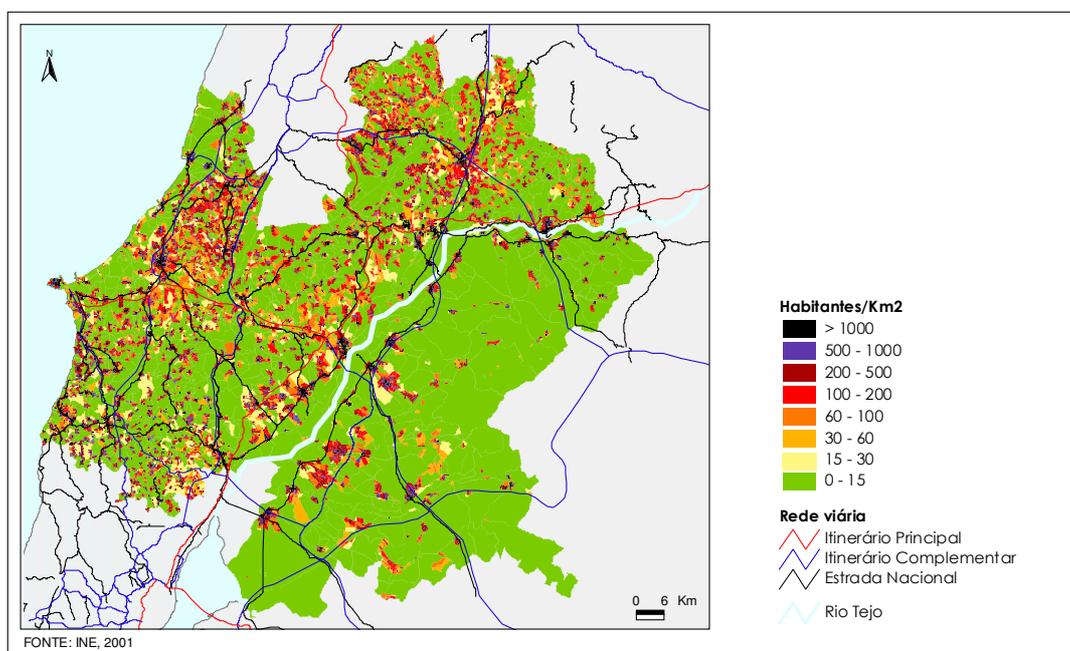


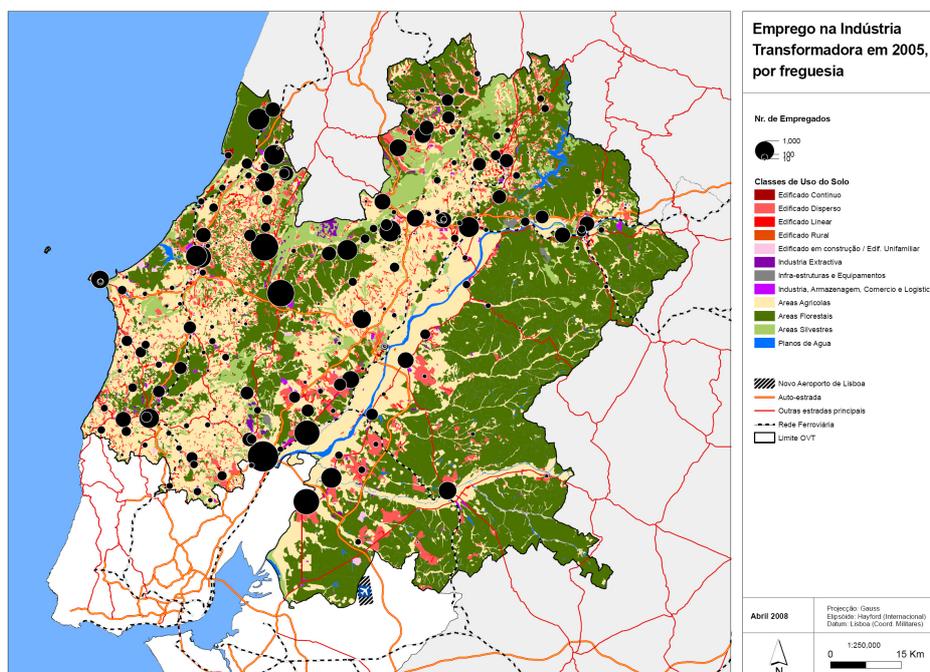
FIGURA 2-4 DENSIDADE POPULACIONAL, 2001, POR SUBSECÇÕES



No desenvolvimento urbano deve-se procurar aproximar a oferta da procura, consagrando a habitação como uso dominante na cidade existente e emergente. Neste sentido, é necessário compatibilizar a política de habitação local com as previsões em matéria de mercado de habitação. A política local de habitação tem de ser baseada no conhecimento da procura e da oferta, tendo em consideração o reabilitado e o novo, o realojamento, a segunda habitação, o turismo residencial, e os utentes de carácter temporário (os emigrantes, os estudantes, etc). Simultaneamente, deve dar-se uma atenção especial à procura local menos solvente em relação ao mercado.

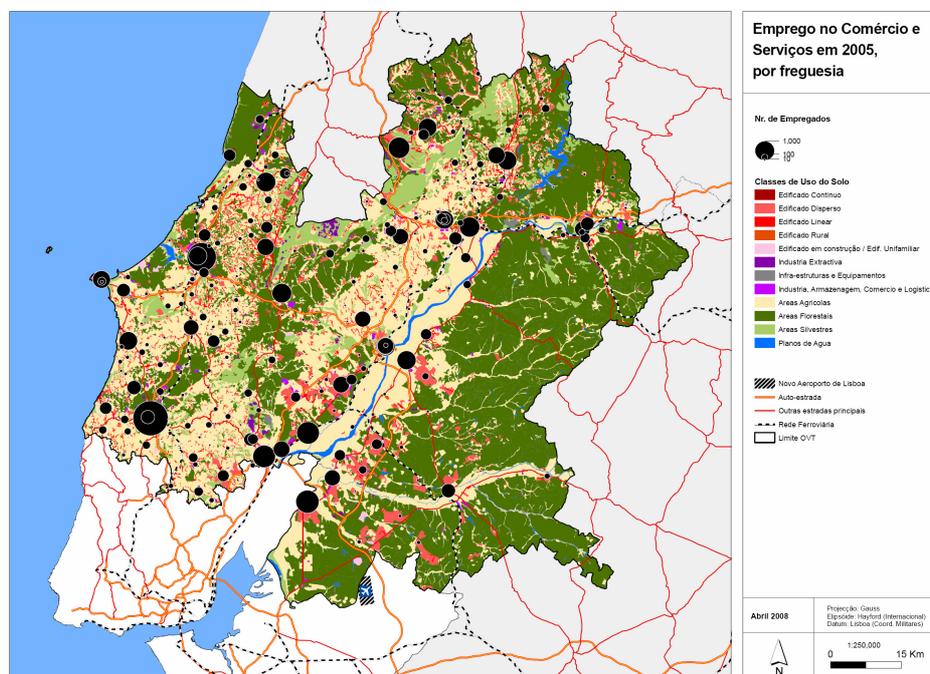
O modelo de localização industrial contribuiu claramente para a proliferação do modelo difuso de povoamento. Assim, em termos de localização de actividades e emprego nem sempre se privilegiou as densificações localizadas em zonas de forte acessibilidade, designadamente em locais ou percursos servidos por transportes públicos e com possibilidades de facilitar a intermodalidade ou em áreas de forte acessibilidade de forma a facilitar o transporte de mercadorias. Por outro lado, o modelo actual de localização industrial evidencia a necessidade de analisar os usos, de forma a despistar e anular conflitos com a habitação (devido à produção de gases tóxicos, ruído, estacionamento e movimentação de cargas e de veículos pesados, etc.). Nas áreas de industrialização difusa, onde normalmente convive a indústria com a residência, a qualificação da urbanização deve garantir a diminuição dos conflitos referentes ao uso, à capacidade da infraestrutura instalada e aos valores ambientais.

FIGURA 2-5 EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM 2005, POR FREGUESIA



De forma a estruturar o modelo de povoamento e actividades, em termos municipais a rede viária e de transportes deve ser ordenada e hierarquizada de acordo com uma estratégia territorial e de forma a responder com eficácia à estrutura de núcleos catalisadores de desenvolvimento. Em termos de localização das actividades de comércio e serviços, as polaridades urbanas e peri-urbanas devem promover a atractividade e a condensação funcional, de modo a estruturarem o território com centros de referência. Nesse sentido, o PROT deve privilegiar a localização destas actividades nas centralidades urbanas e deve incentivar a atractividade urbana de serviços mais avançados.

FIGURA 2-6 EMPREGO NO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM 2005, POR FREGUESIA



Concluindo:

Na região do Oeste e Vale do Tejo são claras as inter-relações causais entre dinâmicas de urbanização e as características infraestruturais, ambientais e económicas dos contextos. A proximidade do litoral, as dinâmicas de industrialização difusa, o reforço das redes viárias arteriais e capilares e a maior proximidade/acessibilidade à metrópole de Lisboa determinaram processos de urbanização muito activos. Os conflitos de uso do solo entre a urbanização e as actividades agrícolas e florestais manifestam-se notoriamente, dados os potenciais turísticos e agro-florestais e a atractividade residencial e empresarial.

O Oeste tem um modelo de povoamento com elevada dispersão, que se relaciona com a dimensão da propriedade e a forma típica de organização em torno de casais, sobressaindo claramente os centros urbanos de Caldas da Rainha e Torres Vedras, e ainda Peniche e um conjunto de pequenos núcleos urbanos. A proximidade ao litoral torna esta área fortemente atractiva, designadamente para a segunda residência. O IC2 (antiga Nacional 1) surge a marcar a estrutura de localização de actividades, onde emergem as manchas urbano-industriais de Rio Maior, Benedita, Pataias e Maceira, que se prolongam pelo eixo de conectividade para Norte, em direcção à Batalha e ao eixo de Leiria-Marinha Grande. O potencial hortícola, frutícola, vinícola e de produção florestal desta área evidenciam a necessidade de promover a aglomeração e a colmatação da mancha urbana e de fomentar a concentração das actividades empresariais e a inter-relação com as infraestruturas existentes.

No Médio Tejo sobressaem os núcleos urbanos de Tomar, Torres Novas, Entroncamento e Abrantes e o eixo Fátima-Ourém. Entre os aglomerados de Torres Novas, Tomar, Fátima e Ourém denota-se uma forte dinâmica e dispersão do povoamento. Em termos de acolhimento empresarial distingue-se um eixo que se prolonga de Alcanena-Torres Novas, passando pelo Entroncamento-Vila Nova de Barquinha até Abrantes, onde proliferam actividades industriais e a logística de abastecimento à metrópole de Lisboa. Esta estrutura urbana e de actividades mostra uma forte articulação para norte e para o eixo Vilar Formoso-Salamanca-Valladolid.

Na Lezíria, não obstante Santarém sobressair, existe um conjunto de pequenos núcleos que se prolongam ao longo das margens do Tejo. A agricultura de regadio e as extensas áreas de viticultura

e olivicultura por vezes colidem com processos de urbanização dispersa, que nem sempre promovem a aglomeração e a qualidade urbanística. No Sorraia, destacam-se Porto Alto Samora e Benavente, e ainda Coruche. Na Charneca há um povoamento mais concentrado, apesar dos aglomerados urbanos serem de pequena dimensão. Num contexto rural de menor densidade populacional, um modelo de povoamento mais concentrado convive com uma floresta multifuncional (montado) e uma pecuária extensiva.

No eixo de maior conectividade com a AML sobressai a atractividade e a concentração de actividades económicas. Na margem direita do Tejo, Alenquer, Carregado, Vila Nova da Rainha e Azambuja e, na margem esquerda, o eixo Porto Alto / Samora / Benavente / Samora Correia, com a proliferação de actividades industriais e da logística directamente relacionadas com a base económica e urbana da Metrópole de Lisboa. Estes eixos urbano-industriais, particularmente o da margem esquerda, vão assumir uma maior posição de destaque com o Novo Aeroporto de Lisboa no CTA. A localização do Novo Aeroporto de Lisboa, centrada no território de Benavente e envolvendo os territórios próximos, nomeadamente de Coruche e Salvaterra de Magos, em articulação com a plataforma Logística do Poceirão e com o corredor Lisboa – Madrid, vão trazer um novo desafio ao ordenamento territorial da logística e das actividades empresariais aeroportuárias.

Nos últimos vinte anos houve uma forte disseminação dos pequenos aglomerados e do modelo difuso de povoamento. As áreas periurbanas dilataram-se, a edificação linear ao longo das vias e do litoral proliferou e os tecidos agro-florestais fragmentaram-se. Na maioria das vezes não se valorizou e contextualizou o sistema urbano e não se planeou devidamente a localização das actividades comerciais, industriais e logísticas. No futuro, o modelo territorial deve consolidar o existente, promover a aglomeração, a colmatação e a interrelação entre as infraestruturas e a edificação. A regeneração urbana dos centros históricos ou antigos, a promoção da qualidade urbanística e do comércio e dos serviços, a harmonização territorial dos usos e actividades e a protecção e valorização dos recursos e valores naturais devem ser pilares dos processos urbanos para a próxima década.

O desenvolvimento da rede territorial de espaços de acolhimento empresarial deverá apostar na concentração geográfica das unidades empresariais, em forte articulação com o sistema urbano proposto, promovendo a requalificação e o reordenamento de alguns eixos de localização existentes e fomentando a valorização hierárquica e qualitativa dos centros urbanos regionais. Neste sentido, devem-se promover os espaços de concentração de actividades, localizados na proximidade dos nós das auto-estradas e concentrando logística, indústria e serviços, e eventualmente actividades comerciais e de formação. Estas áreas deverão surgir em articulação com as centralidades já existentes. Assim, os centros urbanos regionais, Caldas da Rainha, Santarém e Torres Vedras, e ainda Alcobaça, Ourém e Abrantes evidenciam vantagens locativas para a localização de parques empresariais, favorecendo uma maior concentração territorial das actividades e reforçando as centralidades urbanas já existentes. Simultaneamente, deve-se promover a revitalização económica e a reabilitação dos centros históricos e antigos, reforçando a concentração económica e a especialização urbana, em prole de uma maior visibilidade e afirmação urbana, designadamente turística.

A diversidade de dinâmicas e contextos territoriais – mais ou menos densos, predominantemente agro-silvo-pastoris ou florestais, com maior ou menor atractividade turística, ou com proximidade à Metrópole de Lisboa ou aos grandes eixos de acessibilidade – determinam paisagens muito diferenciadas e articulações e dinâmicas urbano/rurais muito distintas que é crucial ordenar e potenciar em prole de um modelo territorial ao serviço de uma estratégia complexa mas inovadora.

2.2 FUNÇÃO RESIDENCIAL

2.2.1 CARACTERÍSTICAS E DINÂMICAS DO PARQUE HABITACIONAL

Compreender a morfologia da função habitacional e a maior ou menor intensificação do uso do solo passa pela percepção das dinâmicas que afectaram a pressão construtiva associada à oferta de habitação.

A mancha urbana desta área cresceu condicionada pelas condições de acessibilidade, pela proximidade à praia, ao aglomerado urbano mais próximo, ou em função das dinâmicas da oferta comercial ou das oportunidades locativas transmitidas pela localização de novos e, por vezes, imponentes equipamentos. Com isto, nem sempre foram acautelados os equilíbrios ecológicos, as morfologias a preservar e os interesses colectivos.

Os processos de edificação e de ocupação do solo na Região podem ser sintetizados nos seguintes números, referentes ao ano de 2001:

- 20% dos edifícios foram construídos antes de 1945 (19% no Continente);
- 67% dos edifícios existentes foram construídos depois de 1960 (70% no Continente);
- 53% dos edifícios existentes foram construídos nos últimos vinte anos (57% no Continente).

Com esta pressão construtiva vieram os alojamentos devolutos (cujo mercado imobiliário já não consegue dar uso), a degradação da cidade antiga e/ou histórica e a descaracterização de algumas periferias urbanas. Por outro lado, sobretudo junto à praia, por vezes no campo, ou junto a um pequeno aglomerado urbano, a habitação de uso sazonal ou secundário derramou-se também.

Esta expansão urbana exigiu espaço. Segundo Camagni, a resposta ao desafio da sustentabilidade poderá estar numa estruturação policêntrica das regiões urbanas e em redes densas de transportes. Derivando daqui, pode-se sugerir dois padrões de povoamento habitualmente contrastantes, numa escala micro territorial, que servem de exemplos extremos para orientar o debate das futuras opções:

- podemos caminhar para um *policentrismo denso*, organizado em torno de um conjunto de centros relativamente densos e funcionalmente mistos;

- podemos caminhar para um *policentrismo extensivo*, em que há uma multiplicidade de povoamentos isolados, geralmente monofuncionais e de fraca densidade e com maiores custos ambientais.

Esta Região é marcada por uma forte presença de alojamentos de uso sazonal e de alojamentos vagos. No Médio do Tejo e, sobretudo, no Oeste salienta-se a importância dos alojamentos de uso sazonal, e na Lezíria e Médio Tejo os vagos ultrapassam os valores médios do Continente. O peso dos alojamentos de uso sazonal indicia uma procura que ultrapassa o dinamismo económico da Região e que é explicado por dois factores:

- muitas famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa possuem segundas residências na Região, dada a boa acessibilidade e a elevada qualidade ambiental da região (praias e áreas rurais);
- várias famílias residentes noutras áreas do país ou no estrangeiro, possuem habitações secundárias nesta área.

A importância dos alojamentos vagos demonstra, por um lado, um maior desajustamento entre oferta potencial e a procura de habitação, e por outro, um peso significativo de alojamentos devolutos, sem qualquer utilização.

TABELA 2-1 OCUPAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL EM 2001

	Alojamentos familiares clássicos	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual	Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal	Alojamentos familiares clássicos vagos	Alojamentos não clássicos
Continente	99.5 %	70.6%	18.5%	10.9%	0.5%
Oeste e Vale do Tejo	99.6%	69.1%	19.7%	11.2%	0.4%
Lezíria do Tejo	99.6%	75.1%	13.0%	11.8%	0.5%
Médio Tejo	99.6%	67.3%	20.8%	11.9%	0.4%
Oeste	99.6%	66.4%	23.2%	10.4%	0.4%

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Analisando as diferentes sub-regiões, saliente-se que:

- em todas elas o aumento das famílias é superior ao aumento dos alojamentos de

residência habitual, sendo este aspecto mais acentuado na sub-região Oeste;

- o ritmo de crescimento dos alojamentos de uso sazonal e dos vagos supera, o ritmo de crescimento dos alojamentos de residência habitual. Este crescimento dos alojamentos de uso sazonais e vagos, aponta para uma significativa capacidade de investimento e de produção de alojamentos em todas as sub-regiões.

Na verdade entre os concelhos com maior aumento de alojamentos de uso sazonal, encontramos quer concelhos situados junto à orla costeira (nestes a residência secundária de praia, assume um maior peso), quer concelhos situados no interior (nestes a segunda habitação associada quer às migrações, quer a novas procuras, nomeadamente, em áreas rurais com uma qualidade paisagística significativa, assumem um maior peso).

Outra característica do sector habitacional da Região é a que se refere à propriedade dos alojamentos. Os alojamentos ocupados pelo proprietário, representavam em 2001, 80% dos alojamentos ocupados, percentagem mais elevada que a média do Continente. A maioria dos alojamentos deste regime de ocupação não estavam, em 2001, sujeitos a encargos, o que mostra uma menor dependência dos sistemas de crédito para a compra de alojamentos.

TABELA 2-2 VARIAÇÃO NA OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA REGIÃO OESTE E VALE DO TEJO (1991-2001)

	Famílias Clássicas	Alojamentos Familiares	Alojamentos Clássicos	Alojamentos Clássicos de Residência Habitual	Alojamentos Familiares Clássicos de Uso sazonal ou Secundário	Alojamentos Familiares Clássicos vagos	Alojamentos Familiares Não Clássicos
Continente	16%	21%	21%	15%	40%	23%	-1%
Oeste e Vale do Tejo	13%	17%	17%	12%	35%	21%	11%
Lezíria do Tejo	12%	14%	14%	10%	24%	30%	7%
Médio Tejo	10%	14%	14%	10%	30%	16%	4%
Oeste	16%	21%	21%	15%	43%	18%	20%

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação

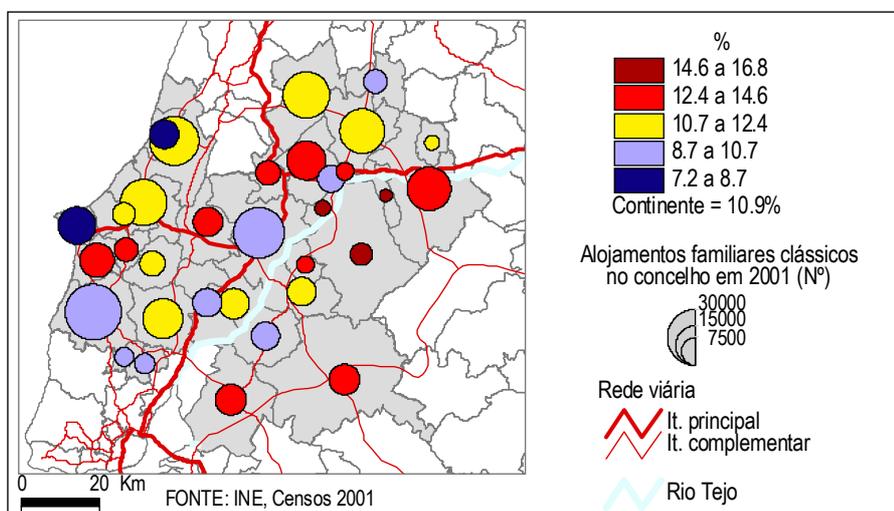
Os problemas do parque habitacional foram avaliados tendo em consideração quatro vectores:

- os níveis de ocupação dos alojamentos, de forma a evidenciar as situações de desocupação (vagos) e sobreocupação (sobrelotados);
- os níveis de infraestruturização, de forma a detectar o peso dos alojamentos sem água, sem electricidade, sem esgotos, sem instalações sanitárias, de banho ou duche e sem cozinha;
- a importância dos alojamentos não clássicos (barracas) e dos bairros sociais;
- o grau de degradação do edificado (edifícios a necessitar de grandes e médias reparações).

Globalmente podemos afirmar que não há problemas muito graves nesta região. Devemos, no entanto, enumerar sumariamente o seguinte:

1. Relativamente aos níveis de ocupação, um grande número de concelhos apresentava, em 2001, uma presença significativa de alojamentos vagos - valores claramente superiores aos registados no Continente, 10,9%: Chamusca, Golegã, Constância, Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Alcanena, Lourinhã, Bombarral, Rio Maior, Benavente e Coruche).

FIGURA 2-7-ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS VAGOS, 2001



2. Relativamente à superlotação dos alojamentos, os concelhos em pior situação apresentam um parque habitacional relativamente pequeno (Nazaré e Azambuja), sendo contudo de salientar alguns concelhos como Torres Vedras, Alenquer e Peniche, cuja dimensão do parque é significativa e manifestam níveis de sobrelotação entre os 13 e os 17%.

FIGURA 2-8 ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS SOBRELOTADOS, 2001

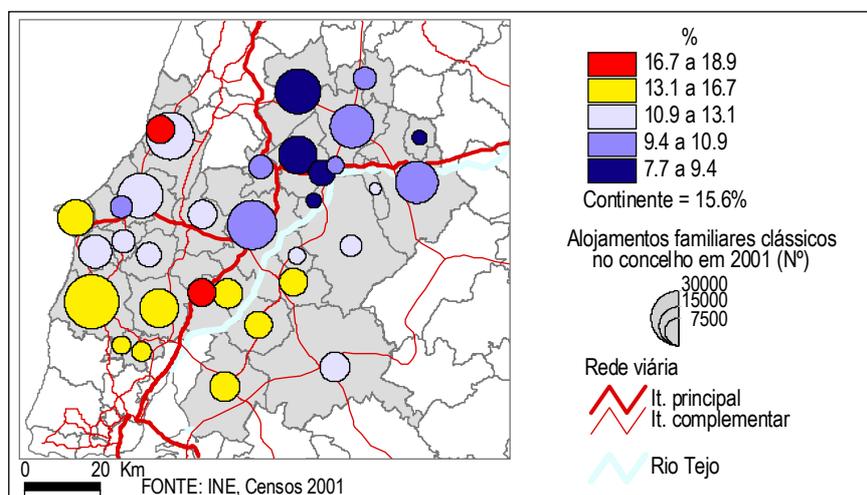
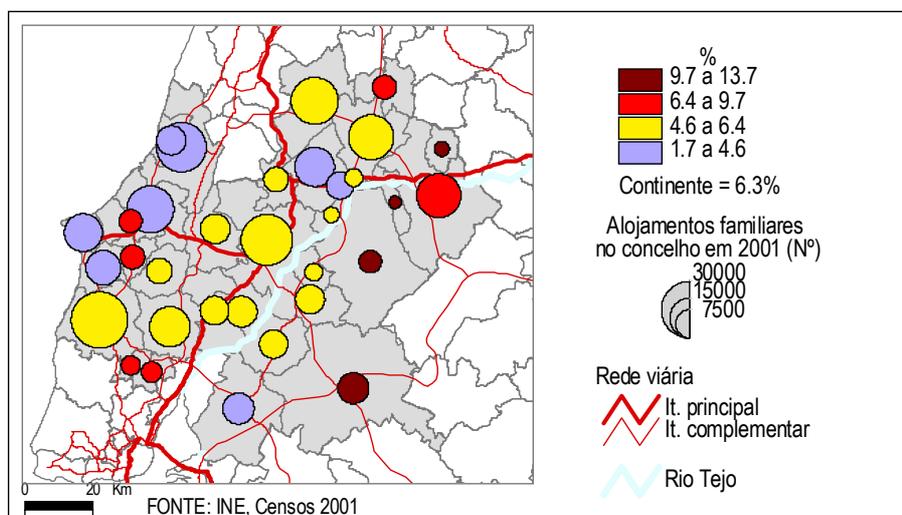


FIGURA 2-9 ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS SEM BANHO OU DUCHE, 2001

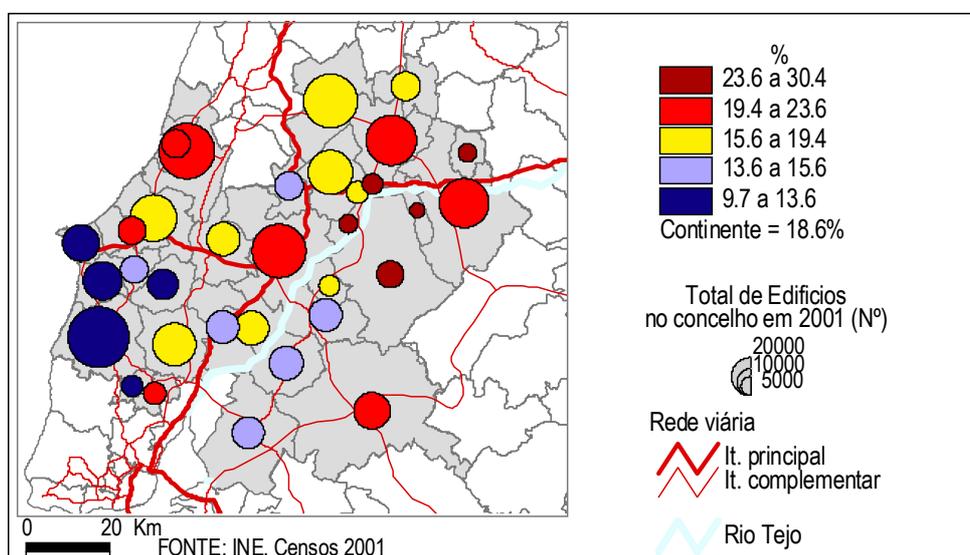


3. Em termos de infra-estruturas consideradas básicas (água, electricidade, esgotos, instalações sanitárias e cozinha), a maioria dos concelhos apresentavam em 2001 uma boa cobertura, sendo apenas de assinalar que alguns concelhos ainda persistem insuficientes nestas infra-estruturas. Procurando analisar outras dimensões infraestruturais, seleccionou-se os alojamentos sem banho ou duche: a situação é razoável ou boa para a maioria dos concelhos, mas existem concelhos com claras insuficiências - Chamusca, Coruche, Sardoal e Constância.

2.2.2 DEGRADAÇÃO DO PARQUE E QUALIDADE URBANA

O estado de degradação do parque habitacional da Região em 2001 era bastante significativo, uma vez que cerca de metade dos concelhos apresentavam uma percentagem de edifícios degradados. Entre os que exibiam o parque mais degradado, salientam-se: Constância, Vila Nova da Barquinha, Sardoal, Tomar, Golegã, Coruche, Abrantes, Óbidos, Alcobaça, Chamusca, Santarém, Arruda dos Vinhos e Nazaré.

FIGURA 2-10 EDIFÍCIOS DEGRADADOS, 2001



As Câmaras Municipais¹ reforçaram e continuam a promover acções de requalificação nas áreas históricas ou antigas. Cerca de metade das autarquias do OVT considera que as suas áreas históricas/antigas estão degradadas (16 autarquias) - 25% com projecto de reabilitação (8) e os outros 25% em fase de reabilitação (8). Estas áreas antigas geralmente não estão abandonadas/despovoadas (só 4 autarquias mencionou problemas de despovoamento).

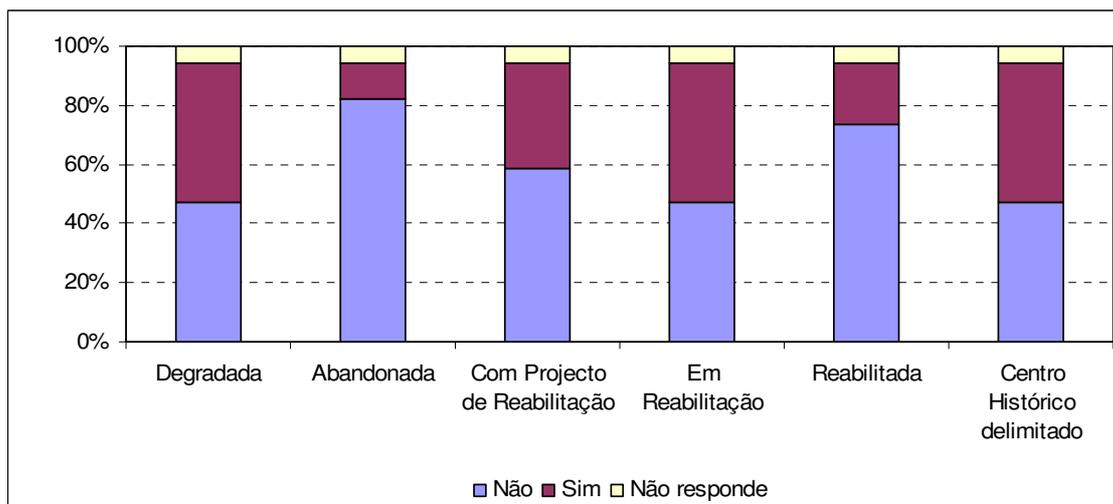
Actualmente, um conjunto significativo de centros históricos está em reabilitação (16) ou com projectos de reabilitação (12). Metade dos centros históricos (16) estão delimitados, o que mostra o interesse e as dinâmicas de planeamento e regeneração urbana em curso.

No entanto, segundo os autarcas, cerca de metade das áreas históricas estão ainda degradadas e apenas em sete municípios foi considerado que a área histórica central está reabilitada. Isto significa, que

¹ Segundo um questionário respondido pelas Câmaras Municipais.

embora estejam a ser realizados claros esforços de regeneração das áreas urbanas históricas, as políticas urbanas devem claramente privilegiar esta aposta estratégica nos próximos anos, sobretudo estando em presença de valores patrimoniais de grande interesse.

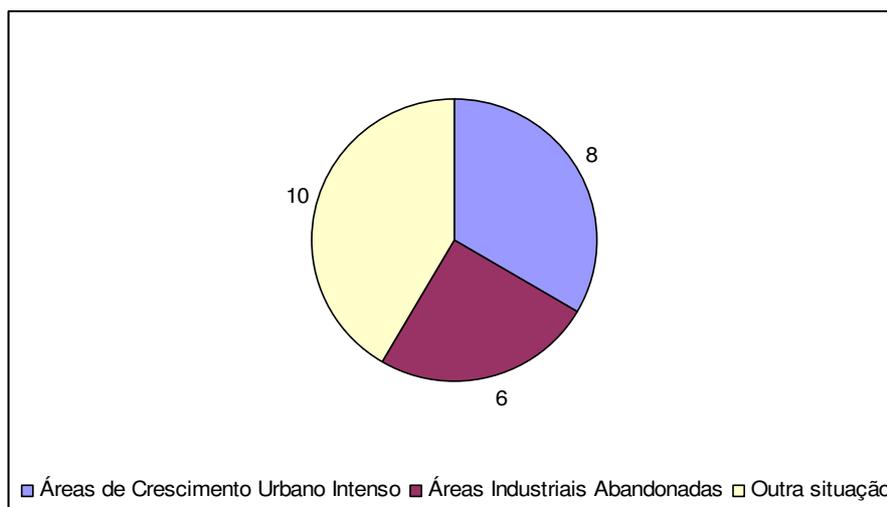
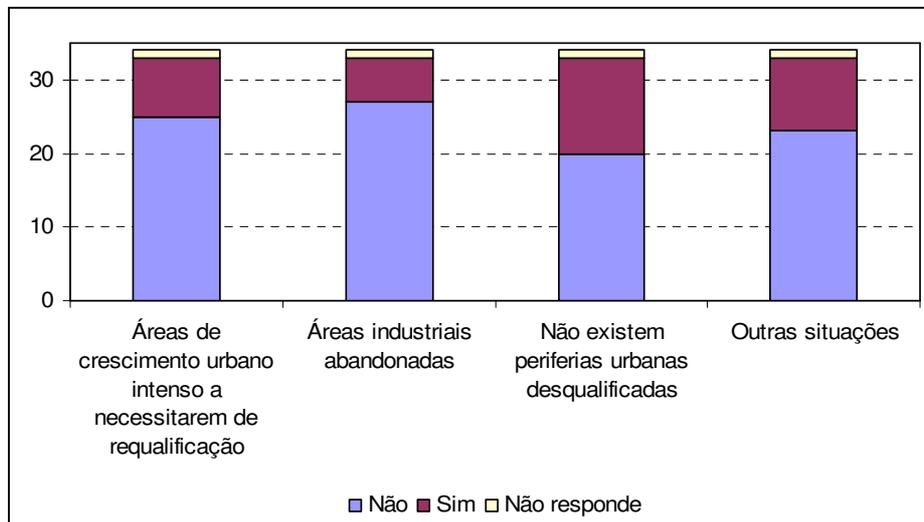
FIGURA 2-11 ÁREAS HISTÓRICAS: PROBLEMAS E DINÂMICAS



Os resultados dos inquéritos denotam também uma preocupação dos autarcas com os aspectos da qualificação urbana das periferias urbanas. Estes resultados deverão ser relativizados uma vez que as situações não assumem a dimensão das Áreas Metropolitanas, mas antes corresponderão a diagnósticos locais.

- Só treze municípios referiram que não existem periferias urbanas desqualificadas, nos restantes vinte, foi considerado a sua existência.
- As periferias urbanas desqualificadas foram sobretudo associadas a “outros factores”, como a existência de bairros problemáticos em termos sociais e a insuficiente gestão do crescimento da cidade.
- Em oito centros urbanos as periferias desqualificadas foram relacionadas com o crescimento urbano intenso. Tratam-se sobretudo de municípios localizados numa primeira coroa da Área Metropolitana de Lisboa, com crescimento associado a novas vias de acesso.
- Em seis centros urbanos as periferias desqualificadas foram associadas a áreas industriais abandonadas. Tratam-se essencialmente de áreas industriais que foram envolvidas pelo crescimento dos centros urbanos e que progressivamente foram abandonadas sem que tenha sido feita a sua requalificação.
- Apenas em um terço dos centros urbanos assinalou a existência de bairros críticos em termos sociais, geralmente associados a bairros de realojamento.

FIGURA 2-12 ÁREAS URBANAS DESQUALIFICADAS (%)



Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte presença de alojamentos sazonais (2ª habitação ou habitação secundária), especialmente no Oeste, cria condições para uma forte atractividade aos fins de semana e nos períodos de férias. ▪ Um aumento significativo dos alojamentos de uso sazonais e vagos, aponta para uma significativa capacidade de investimento e de produção de alojamentos em todas as sub-regiões. ▪ Os alojamentos são ocupados sobretudo pelos próprios proprietários (valor mais significativo que no Continente) sem encargos ao sistema de crédito, demonstrando uma capacidade económica e uma autonomia das famílias. ▪ No contexto Nacional, esta região não regista problemas habitacionais graves. Com uma situação favorável destacam-se sobretudo os concelhos do Oeste e Médio Tejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte presença de alojamentos vagos na Lezíria e no Médio Tejo demonstra, por um lado, o desajustamento entre a oferta e a procura habitacional, e por outro, um peso significativo de alojamentos devolutos, sem qualquer utilização. ▪ Peso significativo de alojamentos em edifícios com 1 alojamento, em toda a Região, parece indiciar uma dispersão do tecido construído. ▪ Em termos de problemas habitacionais, alguns concelhos mostram situações preocupantes, em termos regionais, relativamente aos níveis de sobreocupação e à presença significativa de alojamentos devolutos. ▪ Níveis de degradação do edificado significativos. ▪ Persistem na Região concelhos que ainda não resolveram as necessidades de infra-estruturação básica (água, electricidade, esgotos, instalações sanitárias e cozinha).
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte atractividade residencial da OVT, relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, cria condições para a região apostar numa oferta de qualidade e dirigida a mercados com média e alta capacidade de consumo. ▪ Nichos do mercado habitacional (2ª residência) dirigem-se a uma procura potencial do Norte da Europa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica de construção associada à extensão da mancha residencial ou à re-localização de actividades consumidoras de espaço, constroem uma periferia desqualificada e descaracterizada.

2.3 PATRIMÓNIO URBANO

2.3.1 PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Inserir-se no âmbito dos PROT o aquilatar da realidade patrimonial existente, o que significa conhecer elementos e conjuntos, de forma a promover a sua conservação e protecção pelo valor intrínseco, mas também pelo potencial estratégico que possuem, seja para o desenvolvimento em geral, seja, por exemplo, para a definição e qualificação da “estrutura regional do sistema urbano”, de forma a que as hierarquizações não assentem apenas em critérios funcionais.

Assim, deixando para outras escalas, e outras competências, o tratamento de cada elemento e limitando a abordagem ao âmbito da rede urbana, é possível analisar os aglomerados urbanos, relacionando-os numa hierarquia decorrente da sua importância patrimonial, sendo aquela estruturada por critérios, quer quantitativos quer qualitativos. No património incluem-se os “monumentos”, os “conjuntos” e os “sítios”, trilogia classificadora do património cultural imóvel segundo a Lei nº 13, de 6 de Julho de 1985 (a esta classificação a DGMM acrescenta as “paisagens”, aí incluindo, maioritariamente, quintas e jardins), bem como os imóveis de interesse público e os imóveis de interesse municipal.

2.3.2 HIERARQUIA DO PATRIMÓNIO

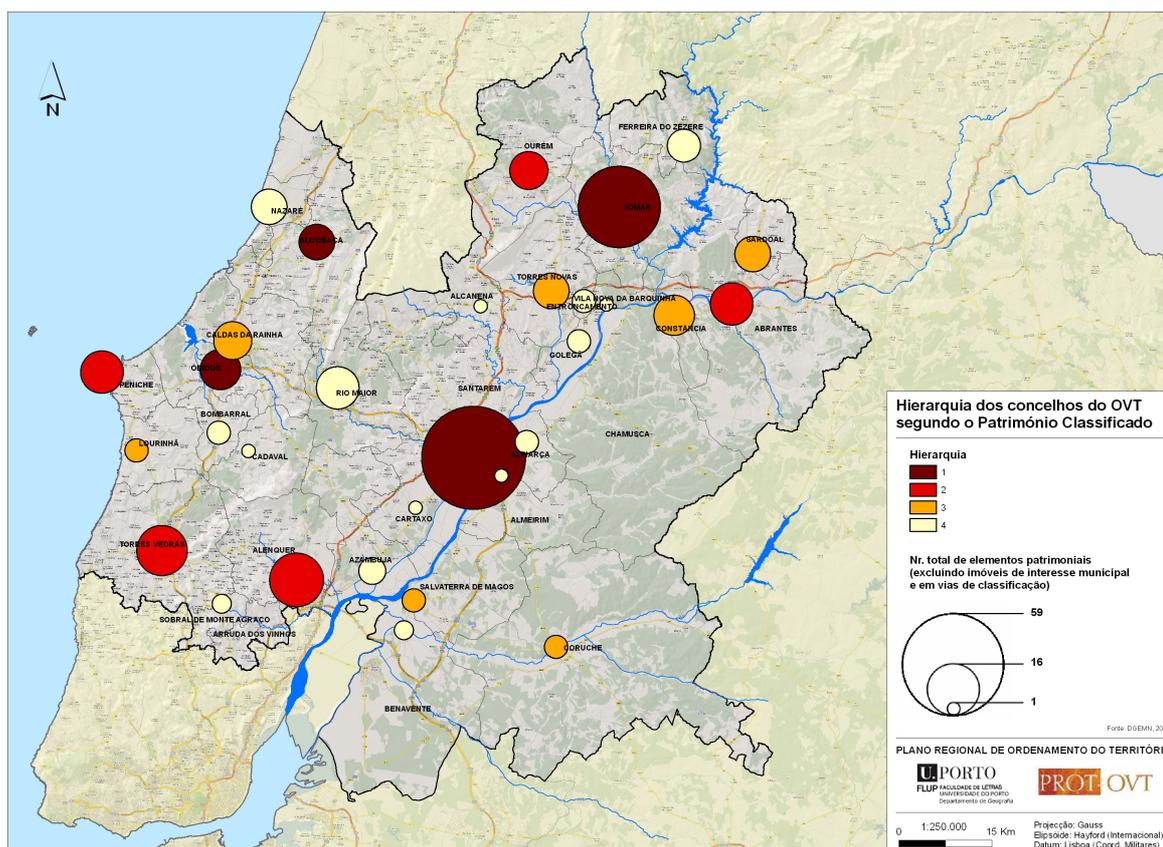
É conhecida a riqueza patrimonial da Região Oeste e Vale do Tejo e, normalmente, existe estreita relação entre a posição hierárquica de cada aglomerado urbano e a quantidade de elementos e conjuntos classificados que possuem (Figura 2-13) contudo, essa relação não é estritamente linear (como o demonstra a informação disponível no “sítio” virtual da DGMM consultado em Março de 2007). Assim, referindo apenas os concelhos com valores superiores a 40 elementos patrimoniais classificados e ressaltando que a informação se refere a todo o concelho, surge Santarém (com 105) como expoente, seguido de Torres Novas (90), Óbidos (58), Alcobaça (57), Tomar (55), Abrantes (51) e Caldas da Rainha e Alenquer (ambos com 42), tratando-se esmagadoramente de “monumentos”, com poucos “conjuntos” e “sítios”.

Atendendo ao património e sítios arqueológicos classificados nas freguesias urbanas (nem sempre os monumentos se concentram na sede concelhia) esta relação altera-se: Santarém (69), Abrantes (57), Tomar (41), Alenquer (18) Torres Vedras (17). Finalmente, subtraindo aos últimos números o património cujo interesse é apenas “municipal” e ainda os valores, residuais, daquele que está em vias de classificação, atinge-se o limite da análise que os números permitem. Ou seja, Santarém (59) e Tomar (37) destacam-se dos restantes aglomerados urbanos, de forma clara.

Complementando as leituras que a informação estatística permite, com a avaliação da informação qualitativa e do valor, quer intrínseco, quer relativo e de conjunto, do património dos aglomerados urbanos, realçam-se, de novo, Santarém e Tomar, pela importância nacional e internacional de alguns elementos do seu património - desde logo, porque Tomar possui classificação de património mundial e

Santarém (cognominada *capital do gótico*) publicou os estudos de suporte à sua candidatura a Património Mundial em 1996.

FIGURA 2-13 - HIERARQUIA DO PATRIMÓNIO URBANO



A ambas, acrescentam-se Alcobaça e Óbidos, completando-se um losango que forma o nível de ordem superior na hierarquia urbana em termos patrimoniais. Alcobaça atendendo a que é “património mundial”, Óbidos porque, além de possuir fortificação conservada que é “monumento nacional”, toda a vila o é. Ou seja, todo o aglomerado urbano, com carácter medieval, é um conjunto com valor próprio e independente do valor individual de cada edifício, o que lhe acrescenta importância estratégica, com relevância para o PROT-OVT (assinalando-se o valor patrimonial de conjunto como um dos critérios, a adicionar à existência de monumentos nacionais, condicionadores da hierarquização proposta).

Assim, aos critérios estatísticos, acrescenta-se a existência de “monumentos nacionais” e de “conjuntos” classificados por esta ordem de importância como critérios definidores da hierarquia, sublinhando-se que o caso do critério dos “conjuntos” se torna importante quando se trata de todo o aglomerado urbano.

Então, além do nível 1, delinearam-se mais três níveis: no nível 2 incluem-se os aglomerados urbanos com mais de 10 elementos patrimoniais e sendo algum ou alguns classificados como monumentos nacionais, acrescentando-se, excepcionalmente e pelo valor intrínseco do seu património, Ourém. No nível 3 abarcam-se os aglomerados que têm menos de 10 elementos patrimoniais, mas tem pelo

menos um monumento nacional ou um deles é o “conjunto” do aglomerado. Finalmente, todos os restantes são classificados no nível 4.

Desta análise resulta, em termos genéricos, uma rede muito próxima das que derivam de outros critérios, desde logo porque todos os aglomerados incluídos nos níveis 1, 2 e 3, se localizam a Norte do Rio Tejo, exceptuando-se os “conjuntos” incluídos no nível 3, aglomerados com um carácter coerente decorrente de um forte e continuado enraizamento urbano/rural.

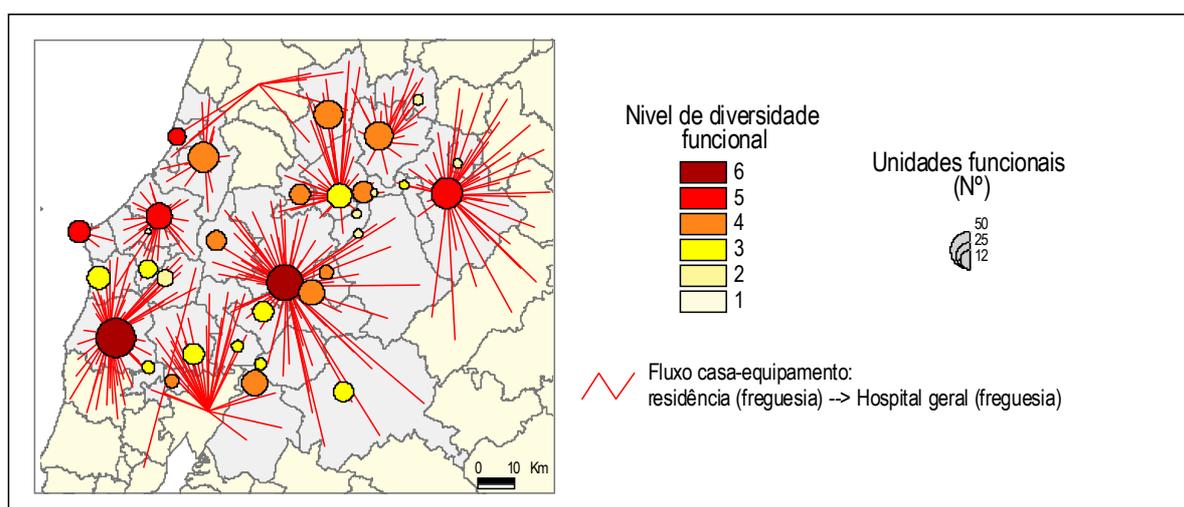
2.4 CENTRALIDADES E REDE DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS

2.4.1 REDE DE EQUIPAMENTOS E DE SERVIÇOS

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE

Uma leitura global permite destacar respectivamente **Torres Vedras**, **Santarém** e **Abrantes**, com os melhores níveis de oferta das funções de saúde, o que reflecte um certo papel de predominância destes concelhos em cada uma das sub-regiões.

FIGURA 2-14 OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE²



Ao analisar as *deslocações Residência (freguesia)-Hospital (freguesia)* verifica-se também que são estes os concelhos congregadores de maiores movimentos.

Todavia, enquanto na Lezíria **Santarém** (que é secundado embora a níveis muito inferiores por **Almeirim e Benavente, Rio Maior e Alpiarça**) polariza claramente as funções de Saúde, já o Médio Tejo e o Oeste reflectem uma estrutura de distribuição mais policêntrica, em particular o primeiro.

Torres Vedras surge como o centro melhor servido quer em tipologia, quer em número, ultrapassando mesmo Santarém, que em outro tipo de equipamentos é detentor de maior representatividade na região.

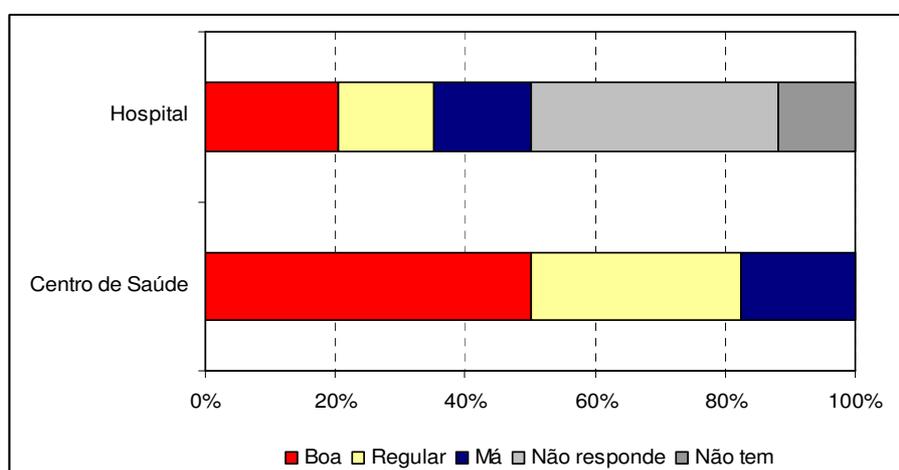
² Funções centrais contempladas: Hospital Geral, Hospital Especializado, Hospital ou Clínica com Internamento, centro de atendimento a toxicodependentes, consultório médico, posto de enfermagem, serviços de análises clínicas, serviços de radiologia, serviços de ecografia, serviços de TAC

Os valores de Torres Vedras estarão, eventualmente, relacionados com o facto de ser o concelho com maior dimensão populacional e de estas constituírem funções de apoio directo à população residente.

Embora com um grau de importância menor, o Oeste detém outros centros bem dotados deste tipo de equipamentos, como **Caldas da Rainha, Nazaré, Peniche e Alcobaça** evidenciando um padrão de distribuição coincidente, grosso modo, com os núcleos de maior dimensão populacional.

No Médio Tejo, **Abrantes** distingue-se pela diversidade de funções, no entanto, **Tomar e Ourém** também apresentam quantitativos semelhantes. Embora a níveis inferiores merecem algum registo **Torres Novas, Alcanena e Entroncamento**.

GRÁFICO 2-1 -QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE (%)



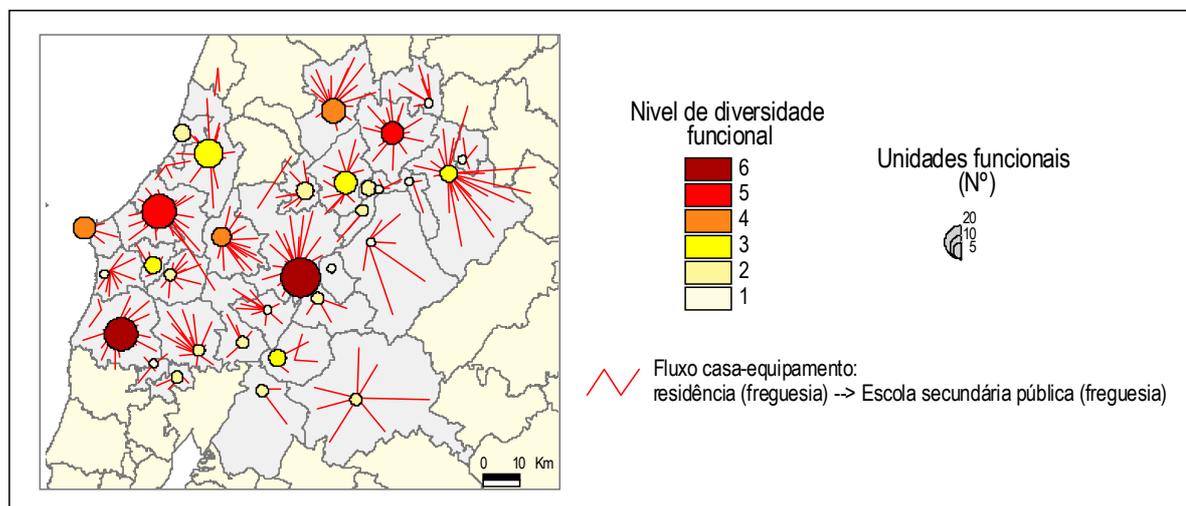
Fonte: Inquérito às Câmaras Municipais

No questionário às Câmaras Municipais, os Equipamentos de Saúde têm uma percepção genericamente positiva, pois a oferta só foi considerada má, em cinco municípios, para os Hospitais, e em seis para os Centros de Saúde.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Em termos de educação destaca-se **Santarém** que detém todas as funções centrais consideradas bem como o maior quantitativo de unidades, polarizando claramente as funções educacionais da Lezíria. Esta circunstância é reflexo do lugar de destaque que este concelho assume na região, a que não será alheio o seu papel como capital de distrito que o leva a capitalizar a instalação de algumas infra-estruturas de nível regional. **Rio Maior**, segundo centro da Lezíria assume alguma relevância sub-regional, sobretudo pela diversidade funcional.

FIGURA 2-15 OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO³



O outro centro urbano, da região OVT, que também apresenta todas as funções centrais contempladas, embora com um número de unidades menor, é **Torres Vedras**. Estes valores evidenciam, por um lado, a importância que este centro assume na região, em particular no Oeste, capitalizando a dinâmica desta sub-região associada aos sectores agrícola e alimentar; por outro, a construção da A8 potenciou o crescimento urbano, de certa forma associado a uma expansão da Área Metropolitana.

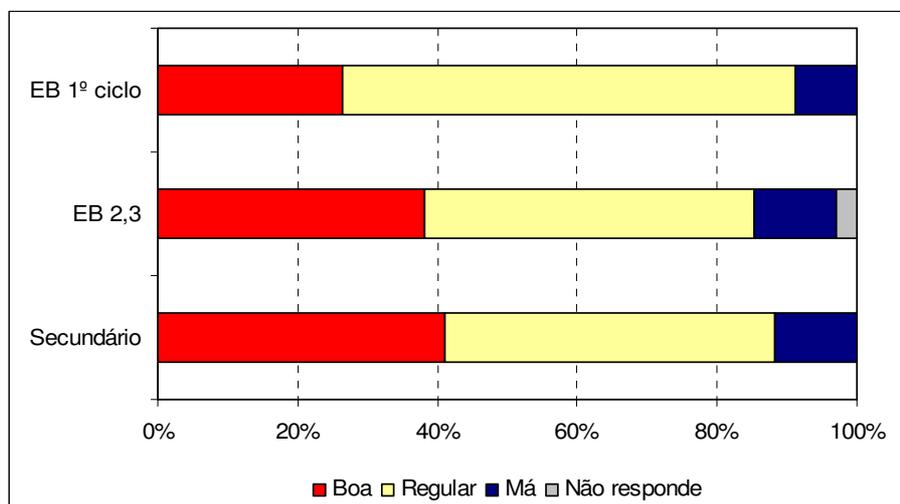
No Oeste surge ainda em lugar de destaque **Caldas da Rainha**, a que se sucede **Alcobaça** (pelo número de funções) e **Peniche** (pela diversidade), conferindo um padrão policêntrico de distribuição das funções.

No Médio Tejo, existe alguma notoriedade de **Tomar**, pela diversidade de funções presentes, embora em termos de unidades funcionais, se verifique um certo equilíbrio entre este centro, **Ourém** e **Torres Novas**.

No que respeita à *deslocação residência (freguesia) - Escola secundária pública (freguesia)*, constata-se o predomínio dos movimentos intra-concelhos, genericamente em direcção à sede de concelho.

³ Funções centrais contempladas: Escolas de Ensino Secundário, Escolas Profissionais, Centros de Novas Oportunidades (CRVCC), Centros de Formação Profissional, Instituições de Formação acreditadas no IQF, Instituições de Coordenação Educativa.

GRÁFICO 2-2 QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE ENSINO (%)



Fonte: Inquérito às Câmaras Municipais

Na resposta das Câmaras, aos questionários, constatou-se uma oferta globalmente positiva em todos os níveis de ensino obrigatório. Esta apenas foi considerada insuficiente em três municípios para a Escola Básica do 1º ciclo e em quatro para o 2º e 3º ciclo e para o Ensino Secundário.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL

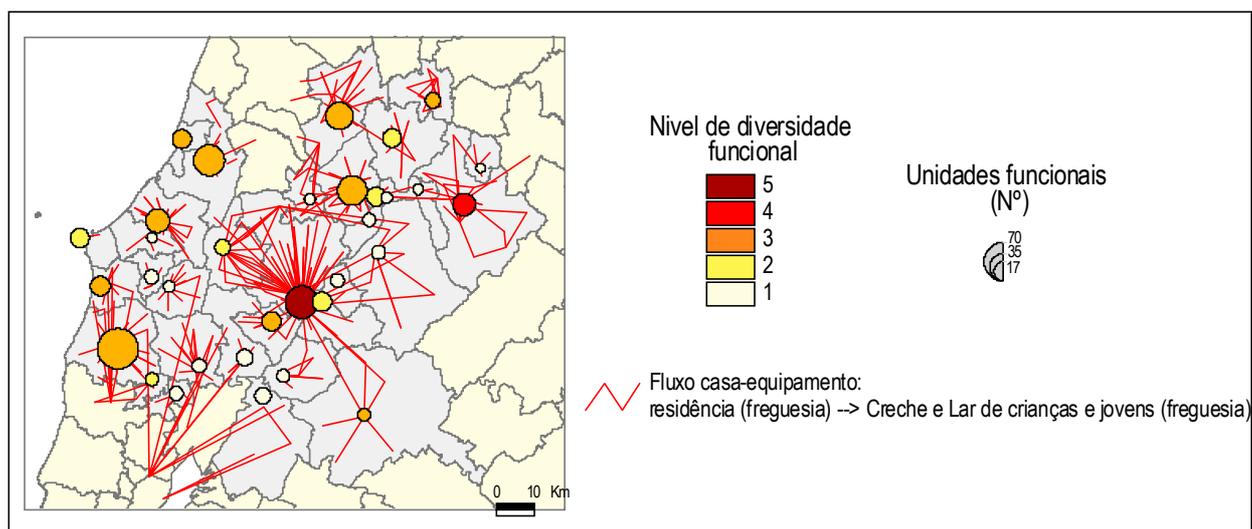
Os serviços e equipamentos de apoio social registam uma centralização em **Santarém**, que sobressai nitidamente pelo maior número de funções presentes e pelo elevado quantitativo de unidades funcionais (só superado por Torres Vedras). Esta concentração materializa-se, por exemplo, no *fluxo residência – Creche e Lar de Crianças e Jovens* no qual se verifica uma forte afluência a este centro urbano, em particular de população proveniente de outros concelhos limítrofes.

Ainda na Lezíria, embora com muito menor notoriedade que Santarém, o **Cartaxo**, **Coruche** e **Almeirim** diferenciam-se dos restantes concelhos pelo número e/ou diversidade de funções presentes.

No Oeste, destaca-se **Torres Vedras** que detém o maior número de unidades funcionais da Região OVT. Com igual diversidade de funções, mas com um quantitativo de unidades funcionais inferior surge **Alcobaça**, secundada por **Caldas da Rainha**, **Nazaré** e **Lourinhã**

No fluxo residência - Creche e Lar de crianças e jovens destaca-se a influência exercida pela Área Metropolitana de Lisboa, junto dos concelhos limítrofes do Oeste.

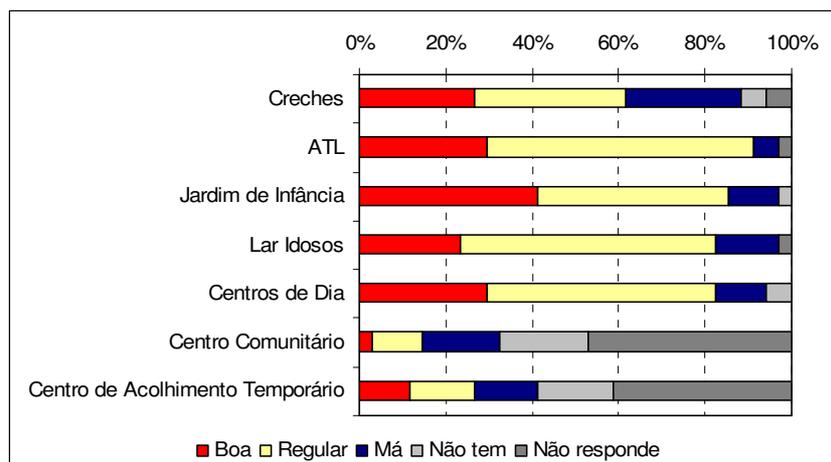
FIGURA 2-16 OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL⁴



No Médio Tejo, **Abrantes** sobressai pela diversidade de funções, assumindo-se mesmo como segundo concelho da Região OVT no que a este aspecto se refere. Em termos quantitativos destacam-se **Torres Novas** e **Ourém**, secundados por **Ferreira do Zêzere**.

No **questionário às Câmaras Municipais**, verificou-se, que com excepção das creches existe genericamente, uma oferta boa e/ou regular de Equipamentos de Segurança Social.

GRÁFICO 2-3 QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA SOCIAL (%)



Fonte: Inquérito às Câmaras Municipais

⁴ Funções centrais contempladas: serviços e equipamentos para idosos, crianças e jovens, reabilitação e integração de pessoas com deficiência, família e comunidade, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, toxicodependentes, saúde mental, pessoas infectadas pelo HIV/Sida e suas famílias.

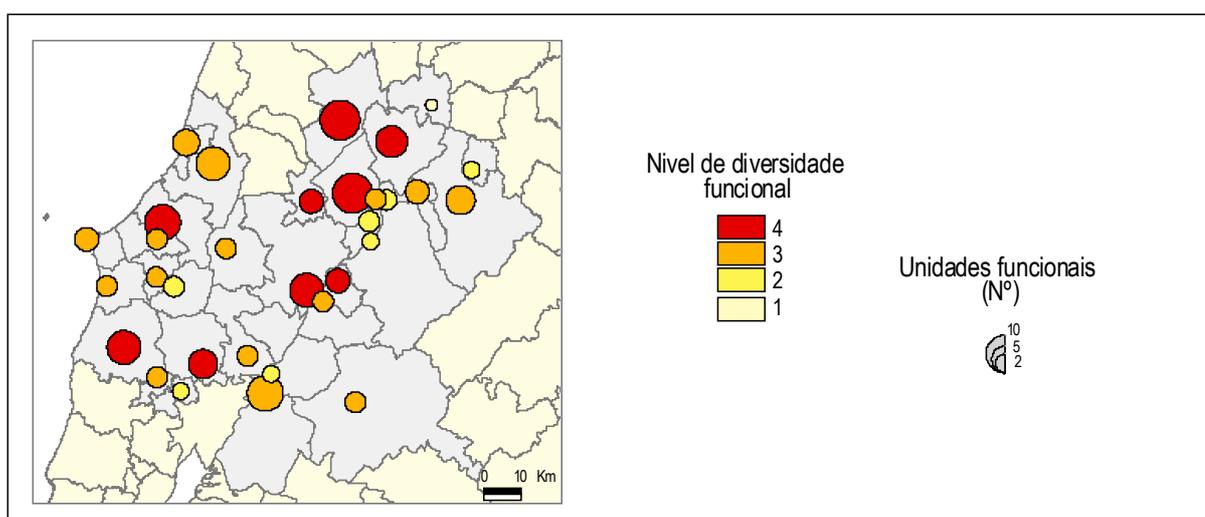
Esta carência de creches, referida por 26% do universo, regista-se sobretudo em concelhos onde existe um elevado crescimento populacional, fruto de uma maior proximidade à Área Metropolitana de Lisboa. Nos restantes equipamentos de apoio à infância apenas houve percepção negativa em quatro municípios para os Jardins-de-infância e em dois para os ATL's.

Nos equipamentos de apoio aos idosos (Lares e Centros de Dia), a oferta é boa ou regular em mais de 80% dos municípios. Já a nível de outro tipo de equipamentos, como Centros Comunitários e Centros de Acolhimento Temporário, a oferta é muito diminuta.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA

Numa análise global das funções de cultura constata-se uma boa dotação deste tipo de equipamentos, já que a maior parte dos centros tem, pelo menos três das quatro funções contempladas. Com excepção da galeria de arte, as funções centrais contempladas são de carácter eminentemente público, pelo que os números apresentados podem ser justificados pela aposta dos autarcas neste tipo de equipamento, aproveitando o recurso aos Quadros Comunitários de Apoio.

FIGURA 2-17 - OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE CULTURA⁵



Em destaque surgem os concelhos do Médio Tejo, nomeadamente **Ourém** e **Torres Novas**, que possuem o maior quantitativo de funções culturais da região OVT. Sucedem-se **Tomar** e **Alcanena**, e por fim **Abrantes** (este com menos uma função presente).

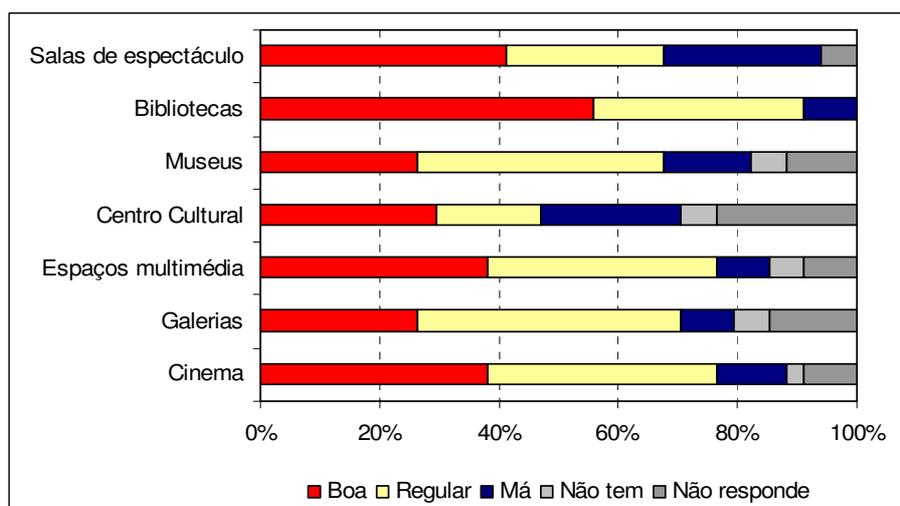
No Oeste destacam-se, pelo número de funções presentes, **Torres Vedras**, **Caldas da Rainha** e **Alenquer** e pelos quantitativos **Alcobaça**.

⁵ Funções centrais contempladas: salas de espectáculo e de conferência/congressos, bibliotecas aberta ao público, cinema, museu, galeria de arte e exposição temporária, parque de exposições.

Em **Santarém**, embora não assuma a notoriedade de outro tipo de equipamentos, existe também uma representação significativa, acompanhada, na Lezíria, por **Alpiarça** pelo número de funções e por **Benavente** pela quantidade de unidades.

No **questionário às Câmaras Municipais** existe uma apreciação globalmente positiva dos Equipamentos de Cultura, embora com níveis inferiores aos da saúde, ensino e segurança social.

GRÁFICO 2-4 - QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE CULTURA (%)



Fonte: Inquérito às Câmaras Municipais

Por equipamento, destaca-se a oferta de *Bibliotecas*, que é considerada boa ou regular em 90% dos casos. Os *espaços multimédia* e os cinemas também detêm uma cobertura globalmente positiva, o que no primeiro caso é reflexo do esforço de difusão das novas tecnologias.

O *centro cultural* é aparentemente o equipamento de cultura com maior carência, existindo também uma oferta insuficiente de salas de espectáculo e de *museus*.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE DESPORTO E LAZER

Nas funções de desporto evidenciam-se **Rio Maior** e **Torres Vedras**, sobretudo pela diversidade das funções, embora também mereçam destaque **Alcobaça**, **Caldas da Rainha** e **Torres Novas**.

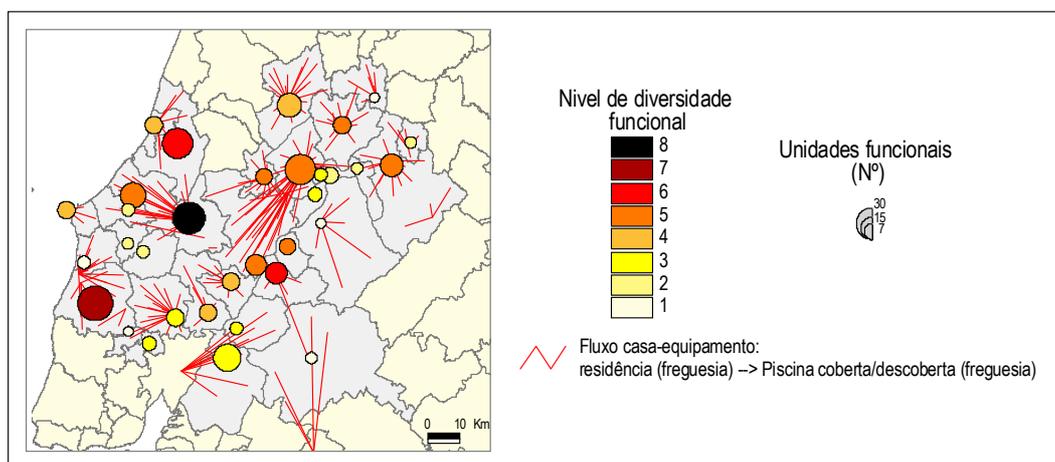
O Oeste surge como a sub-região, mais significativa neste tipo de equipamentos, com **Torres Vedras**, **Alcobaça** e **Caldas da Rainha** a apresentarem um padrão de distribuição policêntrico, e **Nazaré** e **Peniche** a assumirem também alguma notoriedade sub-regional.

Na Lezíria é **Rio Maior**, que com uma aposta continuada na actividade desportiva assume o protagonismo. A nível muito inferior surge **Almeirim** e depois **Santarém**, **Golegã**, **Cartaxo** e **Azambuja**.

No Médio Tejo, destaca-se **Torres Novas** que se sobrepõe claramente aos municípios do eixo **Abrantes**, **Tomar** e **Ourém** e a **Alcanena**.

No que respeita ao fluxo *residência (freguesia) – Piscina coberta/descoberta (freguesia)*, existem alguns fluxos inter-concelhios que contrariam a tendência de movimentos intra-concelhios; salienta-se a influência a Sul de Torres Novas e a Oeste de Rio Maior.

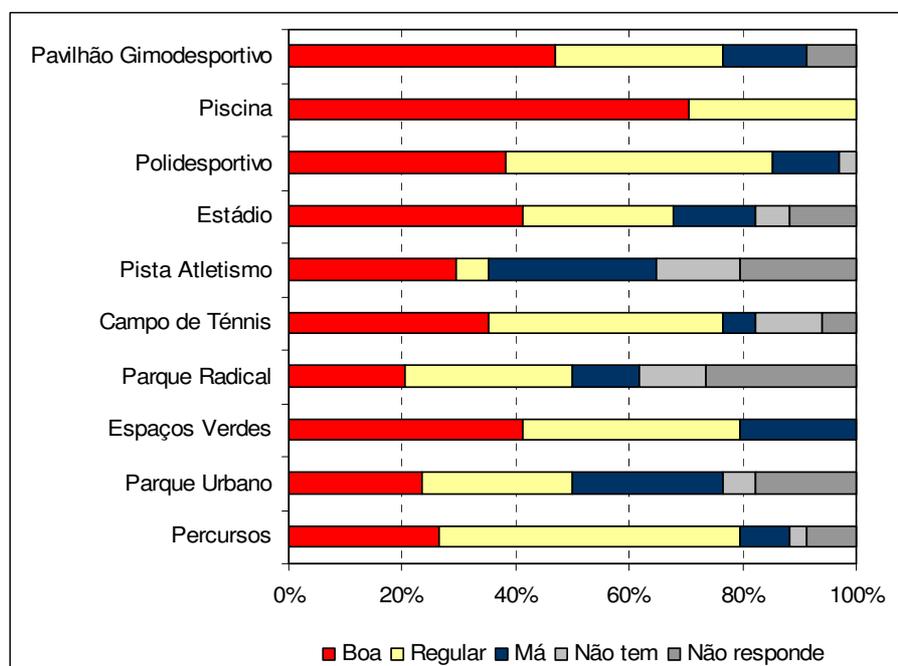
FIGURA 2-18 OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DESPORTIVOS⁶



No **questionário às Câmaras Municipais** constatou-se uma boa cobertura de equipamentos desportivos básicos, como os pavilhões gimnodesportivos e os polidesportivos e excelente oferta de piscinas. Mesmo ao nível de estádios e de campos de ténis verificou-se uma oferta muito satisfatória.

⁶ Funções centrais contempladas: campo de ténis, pavilhão desportivo, piscina descoberta, campo de tiro, piscina coberta, circuito de manutenção, centro de equitação, pista de cross, pista de atletismo, pista de karting, campo de golfe.

GRÁFICO 2-5 QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DOS EQUIPAMENTOS DE DESPORTO E LAZER (%)



Fonte: Inquérito às Câmaras Municipais

As pistas de atletismo são equipamentos desportivos com baixos níveis de oferta, seguida dos parques radicais. Por município, Rio Maior destacou-se pela excelente cobertura de equipamentos desportivos.

Nas infra-estruturas mais relacionadas com o lazer, constatou-se uma boa cobertura de espaços verdes e de uma boa rede de percursos, o que de certa forma se relaciona com a regeneração dos espaços ribeirinhos.

A insuficiência de Parques Urbanos, pode ser justificada pela sua localização preferencial em grandes concentrações urbanas como as Áreas Metropolitanas, sendo que muitos destes núcleos constituem Pólos Urbanos em Áreas Rurais onde ainda vigora uma paisagem “naturalizada”.

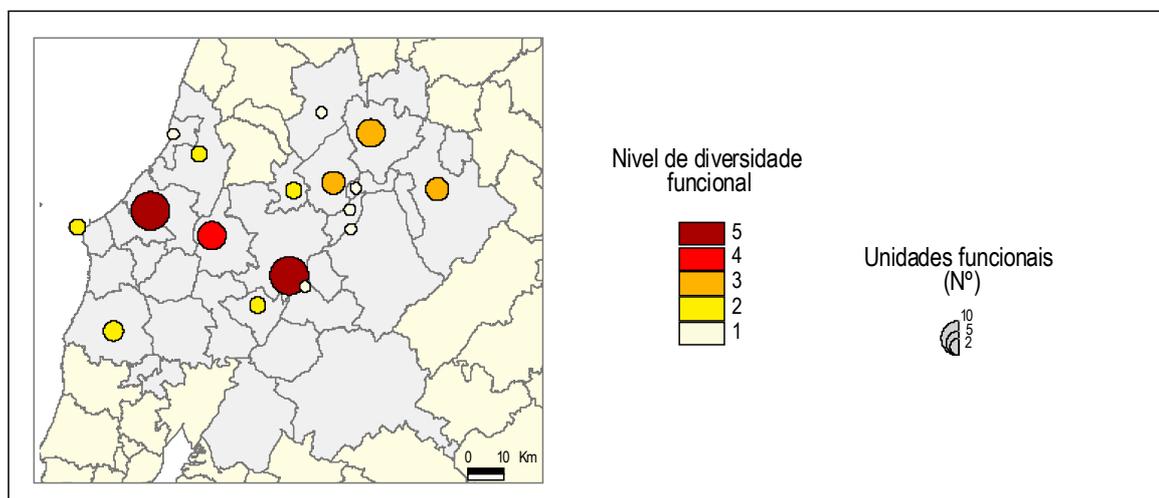
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DO CONHECIMENTO

Nas funções ligadas ao conhecimento a maior nota de destaque é a escassez deste tipo de equipamento e/ou infra-estrutura na região, sobressaindo dois concelhos – Santarém e Caldas da Rainha, pelo número de funções e pelo quantitativo de unidades funcionais.

De resto existem quatro municípios com metade das funções consideradas - Caldas da Rainha, no Oeste, Rio Maior, na Lezíria, Abrantes e Torres Novas, no Médio Tejo. São todos concelhos que assumem lugar de destaque na rede urbana regional e com importância em alguns sectores de actividade - as Caldas da Rainha na cerâmica, Rio Maior no ramo alimentar e Abrantes na indústria automóvel.

Ainda com algum destaque surgem Peniche e Torres Vedras, no Oeste, e Tomar, no Médio Tejo.

FIGURA 2-19 OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DO CONHECIMENTO⁷



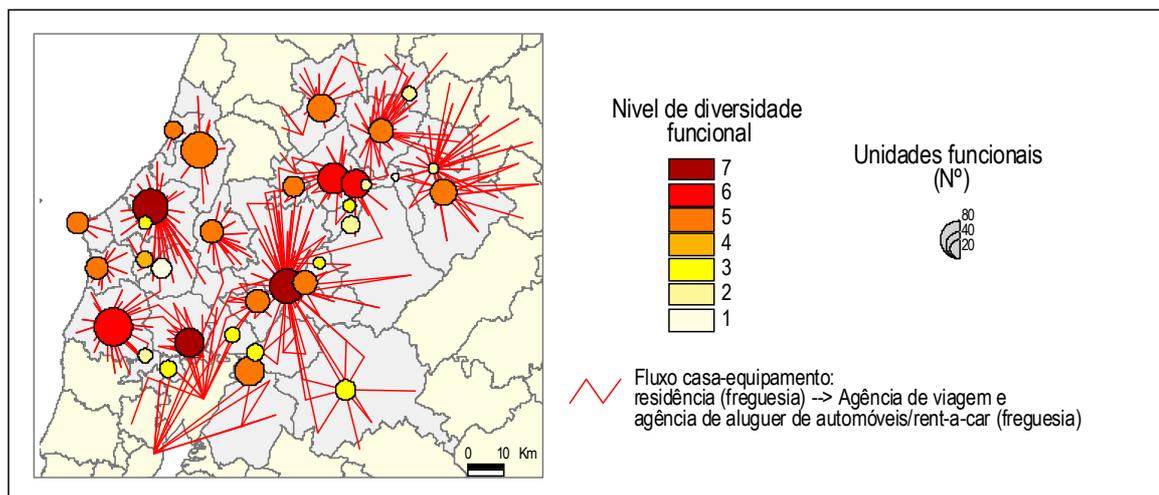
O questionário às Câmaras Municipais reflecte a Oferta de Ensino Superior em alguns concelhos da região OVT. Neste particular destacam-se os politécnicos de Santarém, Tomar e Rio Maior, havendo ainda que referenciar o facto de em alguns concelhos já serem ministrados cursos de forma regular (Torres Novas, Fátima, Abrantes, Alcobaça, Torres Vedras, Peniche, Caldas da Rainha).

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Existe uma quantidade significativa de núcleos com elevado número de funções ligadas ao comércio e aos serviços, apresentando no entanto um padrão de distribuição com tendência de localização nas áreas com maior concentração populacional. Evidenciam-se **Santarém, Caldas da Rainha e Alenquer** pela diversidade de funções presentes e **Torres Vedras e Alcobaça** pelo número de unidades

⁷ Funções centrais contempladas: Ensino superior público universitário, ensino superior público não universitário, ensino superior privado universitário, ensino superior privado não universitário, incubadoras de empresas, centros tecnológicos, laboratórios do estado e laboratórios associados de I&D, centros de I&D (FCT – classificados – Bom; Muito Bom, Excelente nas avaliações realizadas em 2002), Laboratórios acreditados do IPQ.

FIGURA 2-20– OFERTA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS⁸



Na Lezíria apesar do protagonismo de Santarém merecem ainda alguma relevância, **Benavente, Almeirim, Cartaxo e Rio Maior.**

No Oeste, destaque para os eixos **Torres Vedras-Alenquer**, estruturado pela proximidade e Lisboa e **Caldas da Rainha-Alcobaça**, com forte influência a Noroeste da Região.

No Médio Tejo sobressai o eixo **Torres Novas-Entroncamento**, bem secundado pelo eixo **Abrantes-Tomar-Ourém e Alcanena.**

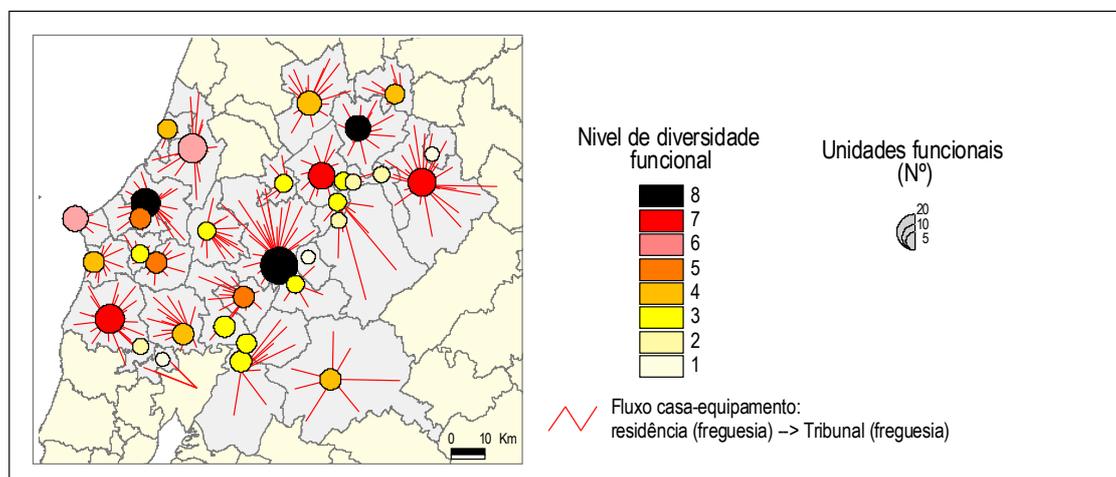
Verifica-se ainda que os centros urbanos de hierarquia superior são também aqueles que congregam maiores fluxos de movimentos *residência – Agência de viagem e agência de aluguer de automóveis rent-a-car*, muitos deles de índole inter-municipal.

SERVIÇOS PÚBLICOS E ADMINISTRATIVOS

Na organização dos serviços públicos e administrativos há uma clara centralização em **Santarém, Caldas da Rainha e Tomar.**

⁸ Funções centrais contempladas: centros comerciais (mais de 6000m²), centros de inspeção automóvel, agência de aluguer de automóveis e outros veículos (rent-a-car), posto de turismo, agência de viagens, comércio alimentar e misto, comércio não alimentar, gabinete de projectos de construção civil, gabinetes de contabilidade/consultoria de gestão

FIGURA 2-21 OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E ADMINISTRATIVOS



A Lezíria é claramente polarizada por **Santarém**, havendo apenas algum destaque para o **Cartaxo**, pelo número de funções presentes, embora surja num plano secundário em termos regionais.

No Oeste, sobressai **Caldas da Rainha**, que para este tipo de funções se assume como segundo centro da região OVT. Com idêntico número de **unidades** funcionais, mas com menor variedade de funções surgem respectivamente **Torres Vedras** e **Alcobaça**, sendo ainda de destacar nesta sub-região **Peniche**, secundado por **Óbidos** e **Cadaval**.

O Médio Tejo apresenta um padrão de distribuição policêntrico com as funções a distribuírem-se maioritariamente entre **Abrantes**, **Tomar**, **Torres Novas** e **Ourém** (embora este com menor diversidade de funções).

Nos Fluxos residência-tribunal destacam-se os movimentos intra-concelhios em direcção à sede de concelho, que constitui a localização preferencial deste tipo de equipamento.

SÍNTESE

	Educação	Saúde	Cultura	Desporto	Apoio Social	Conhecimento	Comércio e serviços	Serviços Públicos e Administrat.
Síntese Regional	<p>Destaque para Santarém e Torres Vedras pelas funções presentes e Caldas da Rainha e Alcobça pelo número de unidades.</p> <p>Na <i>deslocação residência - Escola secundária pública</i>, predominam os movimentos intra-concelhos genericamente em direcção à Sede de Freguesia.</p>	<p>Sobressaem Torres Vedras e Santarém. O concelho de Abrantes também merece algum destaque embora se dilua no padrão de distribuição policêntrico do Médio Tejo.</p> <p>Nas <i>deslocações Residência - Hospital</i> verifica-se também que são estes os concelhos congregadores de maiores movimentos</p>	<p>Região OVT com boa dotação deste tipo funções dado que a maior parte dos concelhos detém pelo menos três das quatro funções contempladas.</p> <p>Com maior notoriedade surge o Médio Tejo, nomeadamente Ourém e Torres Novas.</p>	<p>Evidenciam-se Rio Maior e Torres Vedras, sobretudo pela diversidade das funções, embora também mereçam destaque Alcobça, Caldas da Rainha e Torres Novas.</p>	<p>Elevada centralização em Santarém que sobressai pelo número de funções embora em termos quantitativos seja superada por Torres Vedras.</p> <p>Nos fluxos <i>residência - Creche e Lar de Crianças</i> verifica-se uma forte afluência ao centro urbano de Santarém em particular dos concelhos da Lezíria.</p>	<p>A maior nota de destaque é a escassez deste tipo de funções na região. De qualquer forma, a maior notoriedade vai para Santarém e Caldas da Rainha</p>	<p>Presença significativa deste tipo de funções, embora com tendência de localização nas áreas de maior concentração populacional. Evidência para Santarém, Caldas da Rainha e Alenquer pela diversidade de funções presentes e para Torres Vedras e Alcobça pelo número de unidades.</p>	<p>Clara centralização em Santarém, resultante da organização da maior parte destas funções numa lógica distrital, o que origina a sua localização na capital.</p>

Lezíria	<p>Santarém polariza claramente esta sub-região.</p> <p>Rio Maior segundo centro da Lezíria merece alguma relevância em termos sub-regionais, sobretudo pela diversidade funcional</p>	<p>Santarém é o segundo centro da região OVT e polariza claramente a Lezíria. É secundado, embora a níveis muito inferiores respectivamente por Almeirim, Benavente, Rio Maior e Alpiarça.</p>	<p>Santarém tem destaque embora não seja tão evidente como noutras funções.</p> <p>A referir ainda Alpiarça pelo número de funções e Benavente pela quantidade de unidades.</p>	<p>Rio Maior assume o protagonismo sub-regional e regional.</p> <p>A nível muito inferior surge Almeirim e depois Santarém, Golegã, Cartaxo e Azambuja.</p>	<p>Destaque claro para Santarém, que polariza a Lezíria. Embora com muito menor notoriedade que Santarém, o Cartaxo, Coruche e Almeirim diferenciam-se dos restantes concelhos pelo número e/ou diversidade de funções presentes.</p>	<p>Santarém destaca-se na região OVT pelo número de funções presentes.</p> <p>Na restante sub-região Rio Maior também merece alguma saliência pelo número de funções presentes e Cartaxo e Golegã devem ser referidos por deterem esta função tão escassa na região.</p>	<p>Destaque claro para Santarém. Alguma relevância pelo número de funções presentes para Benavente, Almeirim, Cartaxo e Rio Maior (este com menos unidades funcionais).</p>	<p>Lezíria é claramente polarizada por Santarém, havendo apenas algum destaque para o Cartaxo, pelo número de funções presentes, embora surja num plano secundário em termos regionais.</p>
----------------	--	---	--	---	---	--	--	--

<p>Oeste</p>	<p>Destaque para Torres Vedras pelas funções presentes e para Caldas da Rainha pelo número de unidades.</p> <p>Merecem também notoriedade Alcobaça e Peniche, conferindo um padrão policêntrico de distribuição das funções.</p>	<p>Torres Vedras é onde se regista a melhor oferta do OVT.</p> <p>Embora com menor importância existem outros centros bem dotados, como: Caldas da Rainha, Nazaré, Peniche e Alcobaça, evidenciando um padrão de coincidente com os maiores núcleos populacionais.</p>	<p>Pelo número de funções destaque para Torres Vedras, Caldas da Rainha e Alenquer, e pelos quantitativos para Alcobaça.</p>	<p>O Oeste constituiu a sub-região, mais significativa, com Torres Vedras, Alcobaça e Caldas da Rainha a apresentarem um padrão de distribuição policêntrico e Nazaré e Peniche a assumirem também alguma notoriedade.</p>	<p>Torres Vedras detém o maior número de unidades funcionais da região OVT, embora com menor diversidade que Santarém. Destaque ainda para Alcobaça, secundado por Caldas da Rainha, Nazaré e Lourinhã.</p>	<p>Caldas da Rainha destaca-se, na região OVT pelo número de unidades funcionais.</p> <p>Embora em menor grau, alguma notoriedade para Peniche e Torres Vedras, seguido de Alcobaça e Nazaré.</p>	<p>Relevância para Caldas da Rainha e Alenquer pelo número de funções presentes, e para Torres Vedras e Alcobaça pelo seu quantitativo.</p>	<p>Destaque para Caldas da Rainha, que se assume como segundo centro da região OVT. Com idêntico número de unidades funcionais, mas com menor variedade de funções surgem respectivamente Torres Vedras e Alcobaça, sendo ainda de destacar nesta sub-região Peniche, secundado por Óbidos e Cadaval.</p>
--------------	---	---	--	---	--	--	---	--

Médio Tejo	<p>Tomar evidencia-se pelas funções presentes, embora em número de unidades se verifique equilíbrio com Ourém e Torres Novas.</p>	<p>Destaque para Abrantes com mais funções presentes, mas com Tomar e Ourém a apresentarem quantitativos semelhantes, que evidencia um padrão de distribuição policêntrico.</p> <p>Embora a níveis inferiores merecem algum registo Torres Novas, Alcanena e Entroncamento.</p>	<p>Surgem em destaque Ourém e Torres Novas, a que se sucede Tomar Alcanena e por fim Abrantes (com menos uma função presente).</p>	<p>Destaca-se Torres Novas que se sobrepõe claramente aos municípios do eixo Abrantes, Tomar e Ourém e a Alcanena</p>	<p>Em termos de diversidade de funções sobressai Abrantes, mas em quantitativo destacam-se Torres Novas e Ourém, secundados por Ferreira do Zézere.</p>	<p>Pela presença de algumas das funções consideradas destaque para Abrantes, Torres Novas e Tomar e, em menor grau para Ourém e Entroncamento.</p>	<p>Destaca-se o eixo Torres Novas-Entroncamento, bem secundado pelo eixo Abrantes - Tomar - Ourém e por fim Alcanena.</p>	<p>padrão de distribuição policêntrico com as funções a distribuírem-se sobretudo entre Abrantes, Tomar, Torres Novas e Ourém (embora este com menor diversidade de funções).</p>
------------	---	--	---	--	--	--	--	--

2.4.2 CENTRALIDADES E ESTRUTURA DA REDE URBANA

Em termos de hierarquia e estruturação da rede urbana, vários estudos na década de 90 dão conta da consolidação dos centros e eixos urbanos, distinguindo, no essencial, três grandes conjuntos de centros urbanos:

- No **Oeste**, com Caldas da Rainha e Torres Vedras a destacarem-se dos restantes – Nazaré, Alcobaça, Peniche e Torres Vedras;
- Na **Lezíria do Tejo**, sobressai Santarém e, em alguns casos, associa-se a Rio Maior, Cartaxo e Almeirim;
- No **Médio Tejo**, Torres Novas, Tomar e Abrantes que podem associar-se a Ourém, Entroncamento e Alcanena.

O cenário actual permite destacar Santarém como o centro urbano detentor de equipamentos com grande representatividade na região. Porém, os novos eixos rodoviários, pela proximidade proporcionada entre os locais onde a população desenvolve as suas actividades quotidianas, têm favorecido a consolidação do sistema urbano anteriormente definido, através da difusão de um padrão policêntrico de equipamentos, comércio e serviços.

Estas dinâmicas permitem destacar o seguinte:

- No **Oeste**, Torres Vedras e Caldas da Rainha destacam-se dos restantes, mas Peniche, Alcobaça e Nazaré ganham visibilidade, juntamente com Alenquer;
- Na **Lezíria do Tejo**, Santarém tem uma posição de destaque na rede urbana regional, afirmando a continuidade territorial por núcleos de menor dimensão em direcção ao Cartaxo e Almeirim. A este triângulo junta-se Alpiarça, a Norte, e Azambuja a Sul. Nesta direcção, não fosse a ruptura no contínuo provocada por parte das freguesias de Salvaterra de Magos, poder-se-ia fazer a mesma leitura na margem esquerda do Tejo até Benavente. A Oeste, Rio Maior, fortemente amarrado à antiga EN1, detém uma posição intermédia entre o Oeste e a Lezíria - posicionamento favorecido com a A15. Chamusca apresenta um padrão de concentração de equipamentos na freguesia sede.
- No **Médio Tejo**, torna-se claro o eixo Alcanena - Torres Novas - Entroncamento – Abrantes, com destaque para Torres Novas e Abrantes. Mais a Norte, a Tomar, juntam-se os concelhos de Ferreira do Zêzere e Ourém (freguesia de Fátima) com freguesias dotadas de equipamentos com forte representatividade na região.

De facto, enquanto os serviços se concentram nas freguesias predominantemente urbanas (APU), já o comércio apresenta uma tendência de localização mais difusa, acompanhando os processos de difusão do povoamento. Há uma tendência para a coalescência da mancha urbana dos diferentes núcleos do

sistema urbano regional, suportada pelos grandes eixos rodoviários.

Globalmente as tendências parecem revelar uma razoável dotação de equipamentos colectivos e uma distribuição de serviços e comércio que se tem vindo a organizar de forma aparentemente espontânea e insuficientemente gerida.

Haverá que reinterpretar a rede urbana e os eixos emergentes, por forma avaliar, adequar e potenciar a dinâmica de relacionamento funcional, sobretudo tendo em vista a afirmação de especializações e complementaridades urbanas.

Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Santarém, usufruindo do seu papel administrativo, destaca-se enquanto detentor de equipamentos com maior representatividade na Região. ▪ Alguns centros urbanos apostam numa oferta de ensino de qualidade. ▪ Médio Tejo muito bem servido em termos de serviços de saúde. ▪ Forte aposta no domínio do Desporto, em Rio Maior e Abrantes ▪ As novas condições de acessibilidade proporcionam a difusão de um padrão policêntrico de equipamentos colectivos, sobretudo localizado nas freguesias urbanas. ▪ As boas condições de acessibilidade proporcionam uma proximidade entre os centros urbanos, que é facilitadora de dinâmicas de especialização e de complementaridades urbanas, de forma a desenhar-se uma estrutura urbana mais policêntrica em termos funcionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O comércio apresenta uma tendência de localização difusa, acompanhando os processos de difusão do povoamento. ▪ A tendência para a coalescência da mancha urbana dos diferentes núcleos do sistema urbano regional, suportada nos grandes eixos rodoviários, inviabiliza a construção de um modelo de povoamento sustentável. ▪ Dotação de equipamentos colectivos e de distribuição de serviços e comércio sustentam um território relativamente bem equipado e com uma distribuição geográfica que promove a equidade no acesso. ▪ Comércio tradicional pouco qualificado, com excepção de alguns centros como Torres Vedras. ▪ Rede de Saúde regional precisa de ser delineada (hospitais mal apetrechados, necessidade de gerir valências entre hospitais, etc).
Oportunidades	Ameaças

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ O aeroporto vai proporcionar o desenvolvimento de novas áreas de serviços.▪ É necessário repensar a rede de equipamentos e serviços de apoio à fixação de população, sobretudo jovem, atraída pela atractividade residencial e pelas oportunidades de emprego locais. | <ul style="list-style-type: none">▪ Proximidade do aeroporto e da Metrópole de Lisboa e boas condições de acessibilidade podem favorecer uma expansão urbanística, nomeadamente a difusão de actividades industriais e de logística, que podem desencadear alguma desestruturação da rede urbana. |
|--|---|

FIGURA 2-22 CENTRALIDADES URBANAS E ESPAÇOS DE DEPENDÊNCIA
(níveis hierárquicos mais altos)

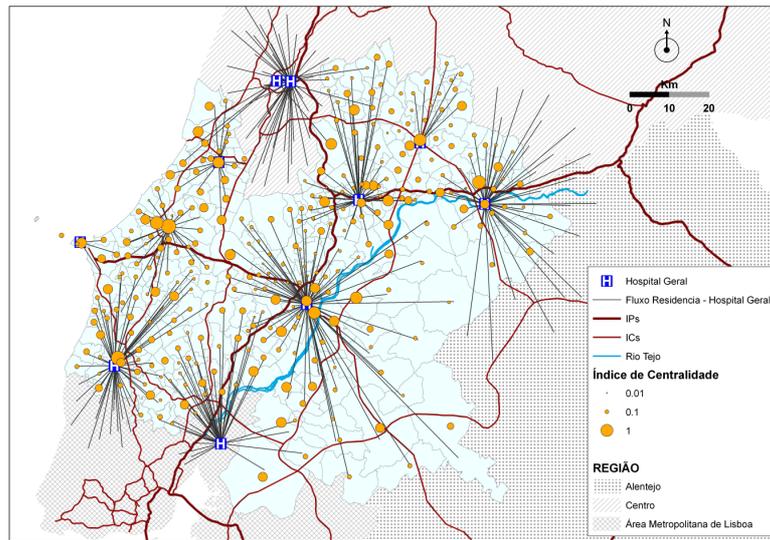
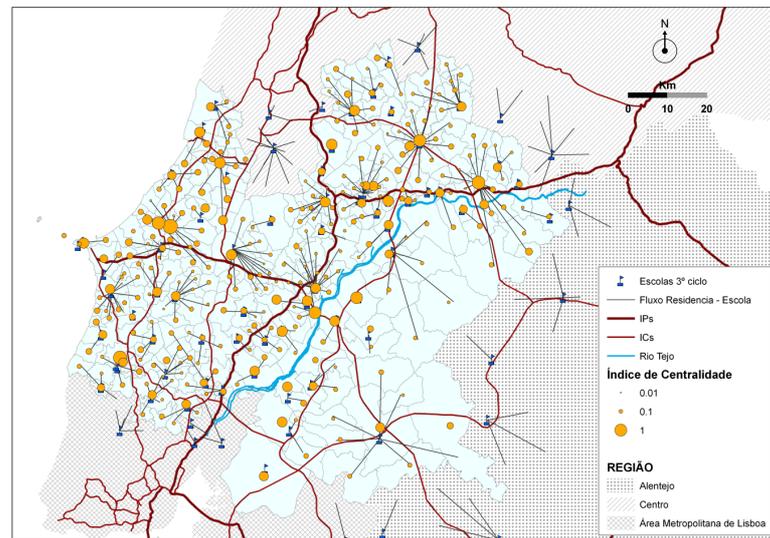


FIGURA 2-23 CENTRALIDADES URBANAS E ESPAÇOS DE DEPENDÊNCIA
(níveis hierárquicos mais baixos)



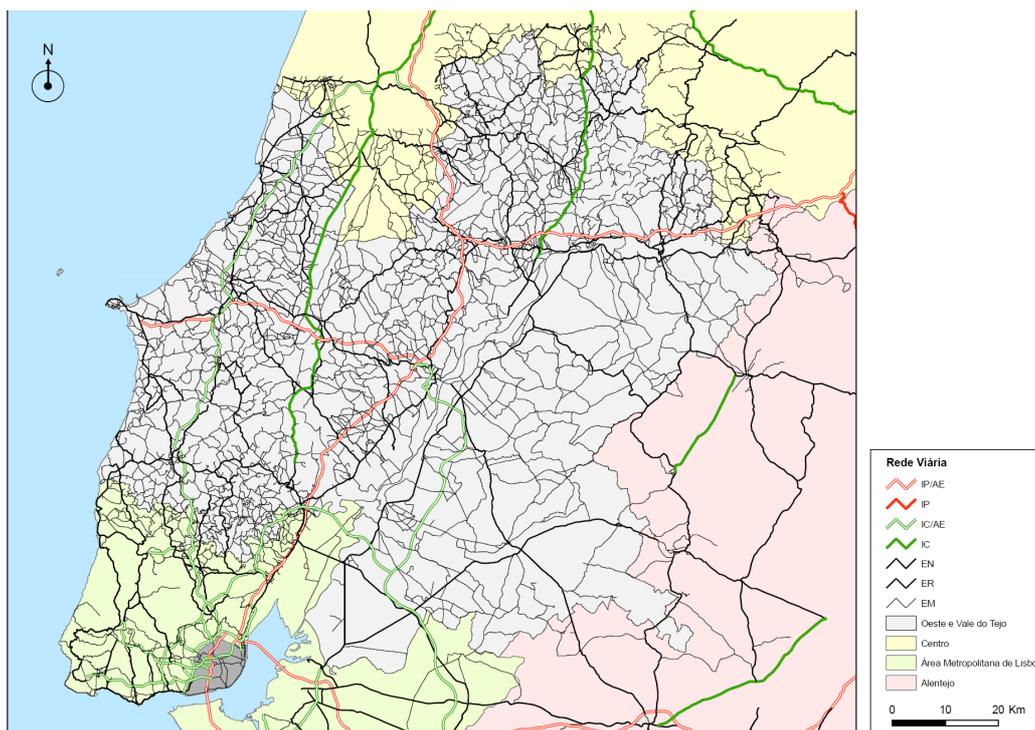
2.5 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADES À ESTRUTURA URBANA

O OVT encontra-se num momento de transição entre um modelo urbano estruturado por Lisboa e a possibilidade de incrementar a sua competitividade (e complementaridade com Lisboa), aproveitando o novo enquadramento nas redes de equipamentos, acessibilidades e de transportes.

As dinâmicas territoriais do Oeste e Vale do Tejo têm em boa parte resultado da sua crescente proximidade face a Lisboa. As novas condições de acessibilidade, têm favorecido a consolidação do sistema urbano existente:

- **No Oeste**, Alcobaça, Caldas da Rainha e Torres Vedras destacam-se dos restantes, mas agora com alguns outros núcleos intermédios a ganhar visibilidade, casos da Lourinhã, Bombarral e Cadaval, em qualquer dos casos, articulados pela A8.

FIGURA 2-24 – REDE VIÁRIA UTILIZADA PARA A ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE À REGIÃO DO OESTE E VALE DO TEJO



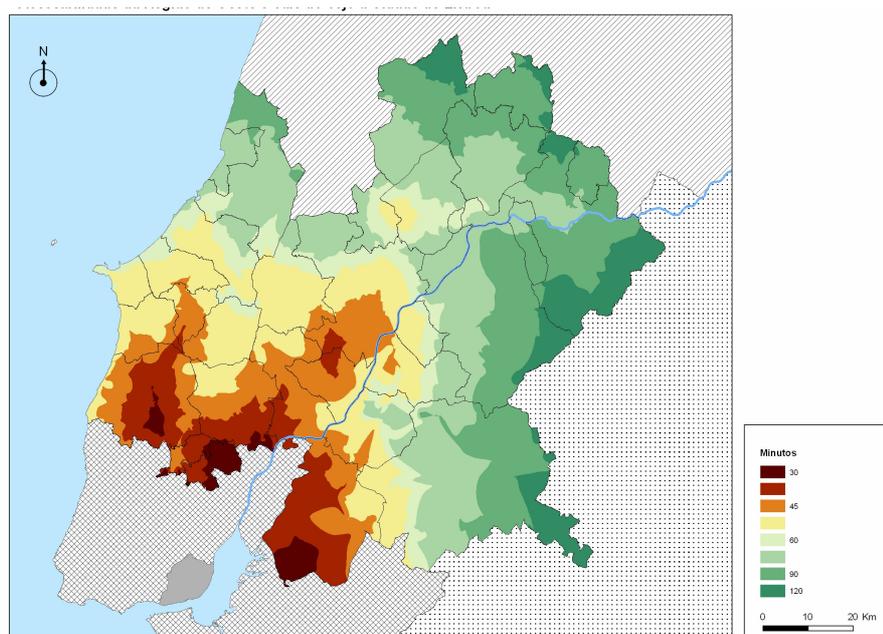
- Na **Lezíria do Tejo**, Santarém, mantém a sua posição de destaque na rede urbana regional, afirmando a continuidade territorial por núcleos de menor dimensão em direcção ao Cartaxo e Almeirim, nas proximidades da A1 e Linha do Norte. A este triângulo junta-se Alpiarça, a Leste, e Azambuja a Sul. Nesta direcção, não fosse a ruptura no contínuo provocada por parte das freguesias de Salvaterra de Magos, poder-se-ia fazer a mesma leitura na margem esquerda do Tejo até Benavente.

A Oeste, Rio Maior, amarrado às tradicionais EN's 1 e 114, detém agora uma posição intermédia entre o Oeste e a Lezíria - posicionamento favorecido com a A15 - que indicia uma lógica de expansão/relação Oeste/Leste. Chamusca apresenta um padrão de concentração de equipamentos na freguesia sede, enquanto a Noroeste já se diluiu no eixo Entroncamento – Abrantes, aproveitando a proximidade das A's 1 e 23 / EN118.

Nos territórios da margem esquerda do Tejo, apesar das baixas densidades de ocupação actual, o fecho da malha rodoviária principal e complementar (efeito conjugado entre as A1, A10, A13 e A23) pode resultar na constituição de espaços apetecíveis para futuras localizações.

- No **Médio Tejo**, torna-se claro o eixo Torres Novas - Entroncamento – Abrantes. Mais a Norte, a Tomar, que se destaca, juntam-se os centros urbanos de Ferreira do Zêzere e Ourém (e Fátima) com freguesias dotadas com alguma diversidade de equipamentos.

FIGURA 2-25 – ACESSIBILIDADE DA REGIÃO DE OESTE E VALE DO TEJO À CIDADE DE LISBOA



Uma leitura a partir dos tempos de viagem a Lisboa, deixa perceber o efeito possível das radiais com penetração até ao Bombarral (A8) e Santarém (A1/Linha do Norte) para viagens até aproximadamente 45 min, assim como o arco dos 30 min definido em conjunto pelas A's 1, 8 e 10, tornando estes espaços particularmente sensíveis à localização de residentes que trabalham em Lisboa ou na sua AM e a unidades empresariais de grande dimensão.

De facto, a **mobilidade casa-trabalho** nos concelhos, deixa perceber o efeito das radiais a partir de Lisboa, principalmente, nas direcções de Torres Vedras-Lourinha-Peniche, aproveitando os ganhos de acessibilidade com a A8; de Alenquer, Azambuja e Salvaterra

de Magos, e mais para Norte até Santarém e Torres Novas-Entroncamento-Abrantes, neste caso sob a influência da A1 e Linha do Norte. A Noroeste, Alcobaça e Caldas da Rainha, apesar da relevância dos fluxos em direcção a Lisboa, apresentam uma dinâmica de fluxos dotada de alguma autonomia, de resto esta leitura pode fazer-se também para Ourém e Tomar mais a Leste.

FIGURA 2-26 MOVIMENTOS PENDULARES CASA-TRABALHO, INTER-CONCELHOS, 2001

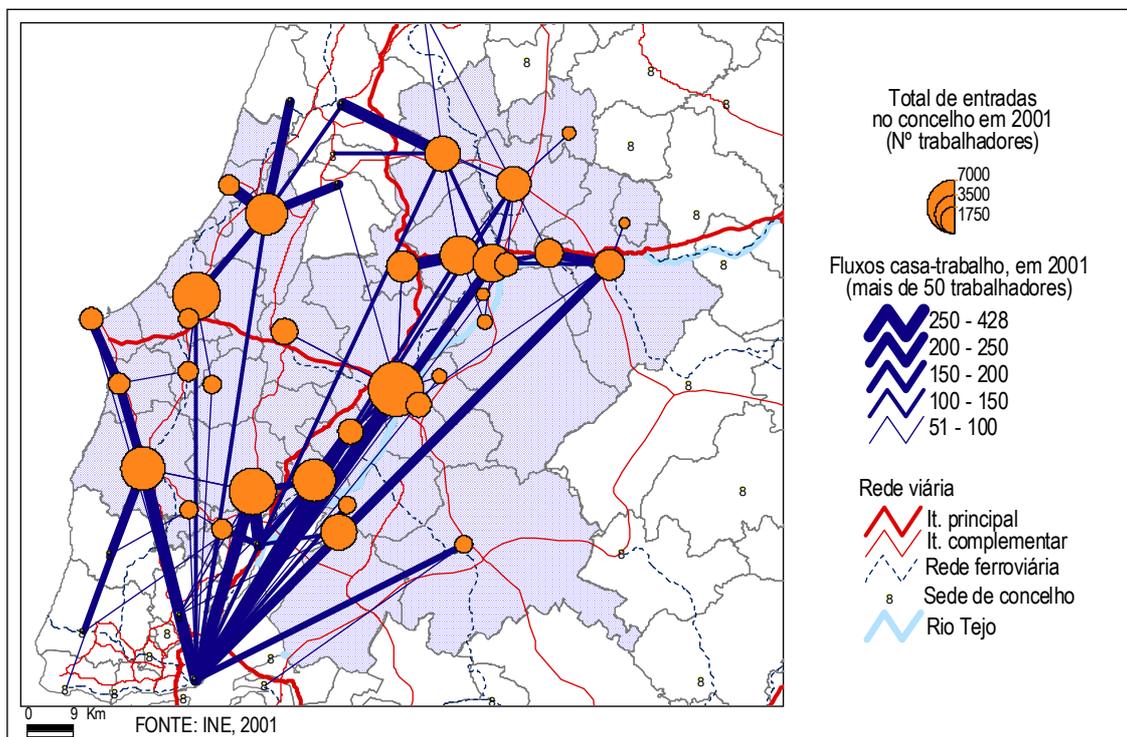
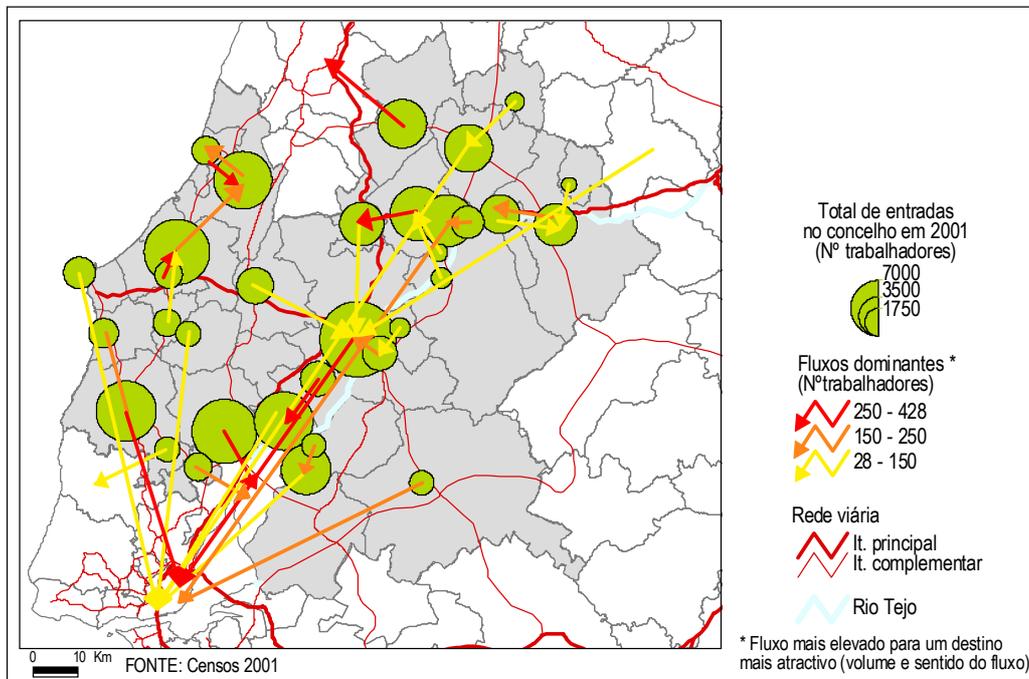


FIGURA 2-27 FLUXOS DOMINANTES NOS MOVIMENTOS CASA-TRABALHO, 2001

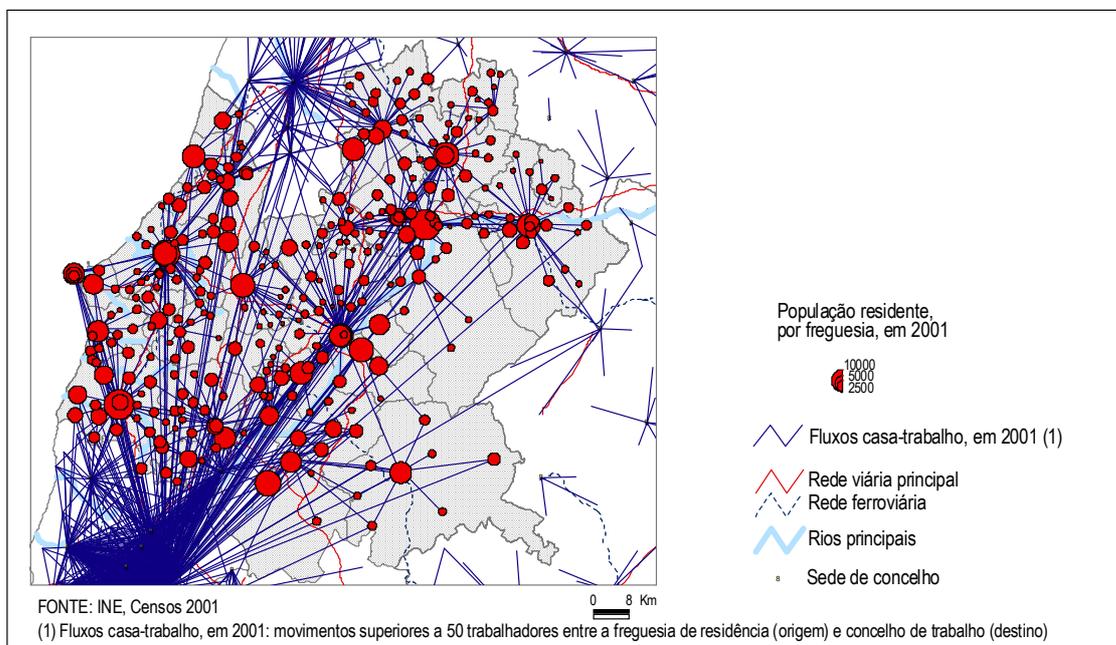


A **dinâmica de fluxos** a partir das freguesias, para as sedes de concelho, não mascara o forte efeito de atracção exercido por Lisboa, mas aproxima-se da imagem atrás descrita, isto é, aos eixos que irradiam de Lisboa orientados pelos principais canais rodo-ferroviários, acrescenta-se já alguma consolidação de eixos transversais:

- a **Norte** entre Torres Novas e Abrantes,
- na parte **central** da região de Caldas da Rainha a Santarém, passando por Rio Maior
- e, mais a **Sul**, entre Torres Vedras e Azambuja/Cartaxo.

Tanto a Norte como a Sul, Leiria e Lisboa, respectivamente, exercem um efeito de polarização sobre o OVT. Pelo contrário, Coruche assume-se como um território sem grandes ligações ao exterior da região.

FIGURA 2-28 MOVIMENTOS PENDULARES CASA-TRABALHO (FREGUESIA DE RESIDÊNCIA E CONCELHO DE TRABALHO), 2001



Em síntese, poder-se-á dizer que o OVT apresenta uma rede de infraestruturas e uma dinâmica de fluxos da população que indicia uma forte polarização por Lisboa, mas também a emergência de pólos e eixos cuja visibilidade na região denuncia um significativo potencial de geração de fluxos intra-regionais.

A distribuição de alguns equipamentos - hospitais gerais, escolas secundárias, centros comerciais, tribunais e piscinas cobertas - dá consistência à avaliação feita anteriormente. Dado que a sua distribuição coincide com os principais núcleos urbanos, que por sua vez se encontram próximos dos principais eixos de ligação na região, uma larga maioria da população acede a estes serviços até 20 minutos.

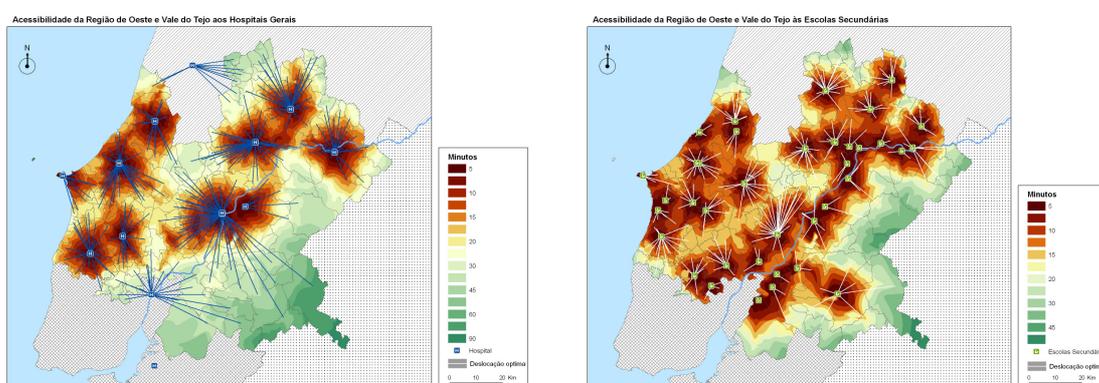
TABELA 2-3 POPULAÇÃO QUE ACEDE A ALGUNS EQUIPAMENTOS EM MENOS DE 20 MINUTOS (%)

% População até 20min	
Hospital	84
Tribunal	95
Piscina Coberta	94
Escola Secundária	97
Nós AE	92
Centros Comerciais	81

Porém, haverá que melhorar as condições de acessibilidade dos territórios marginais aos **equipamentos essenciais (de saúde e educação)** tendo em atenção que a partir dos 30 minutos o acesso é penalizado. Há franjas de freguesias a Norte e Sul polarizadas por serviços centrais exteriores à região, e populações do extremo SE de Coruche a mais de 1h destes equipamentos. Do mesmo modo, há populações a mais de 30 minutos de escolas secundárias da região, o que pode constituir factor de dissuasão da procura.

A dotação por equipamentos colectivos parece revelar uma lógica de organização em função da dimensão da procura em cada local. Dito de outra forma, o rápido desenvolvimento da região, muito pela proximidade a Lisboa, resulte numa consolidação e coalescência do sistema urbano tradicional, sendo que a distribuição dos equipamentos faz-se internamente na, e para, a região segundo lógicas de resposta às necessidades fundamentais.

FIGURA 2-29 – ACESSIBILIDADE DA REGIÃO OVT AOS HOSPITAIS GERAIS E ÀS ESCOLAS SECUNDÁRIAS



De uma forma geral, a distribuição dos equipamentos e da sua dinâmica de atracção – áreas de influência -, permite distinguir com alguma clareza um eixo mais ou menos coeso (dependendo do grau de especialização) a Oeste, o corredor

Azambuja-Santarém (com extensões para Norte e para Sul), o eixo Torres Novas-Abrantes que coalesce a Norte com Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere.

A evolução recente da rede de infraestruturas de rodo-ferroviárias e a dotação de um novo equipamento aéreo de grande capacidade/geração (**aeroporto internacional de Lisboa**) vai **transformar os cenários territoriais** de maior competitividade/complementaridade da região.

A sobreposição, quase em paralelo, da nova rede de infraestruturas de transportes terrestres com a tradicional malha de estradas nacionais, tem vindo a reforçar o posicionamento dos aglomerados tradicionais no sistema urbano regional. Porém, e de resto como é comum em processos de renovação da rede nos territórios de influência metropolitana, os espaços intersticiais à rede de IP's e IC's, apesar de não usufruírem directamente dos ganhos de acessibilidade, beneficiam dos novos contextos de proximidade, tornam-se em territórios de eleição para novas localizações de descongestionamento dos espaços metropolitanos (incorporação de dinâmicas demográficas e económicas externas).

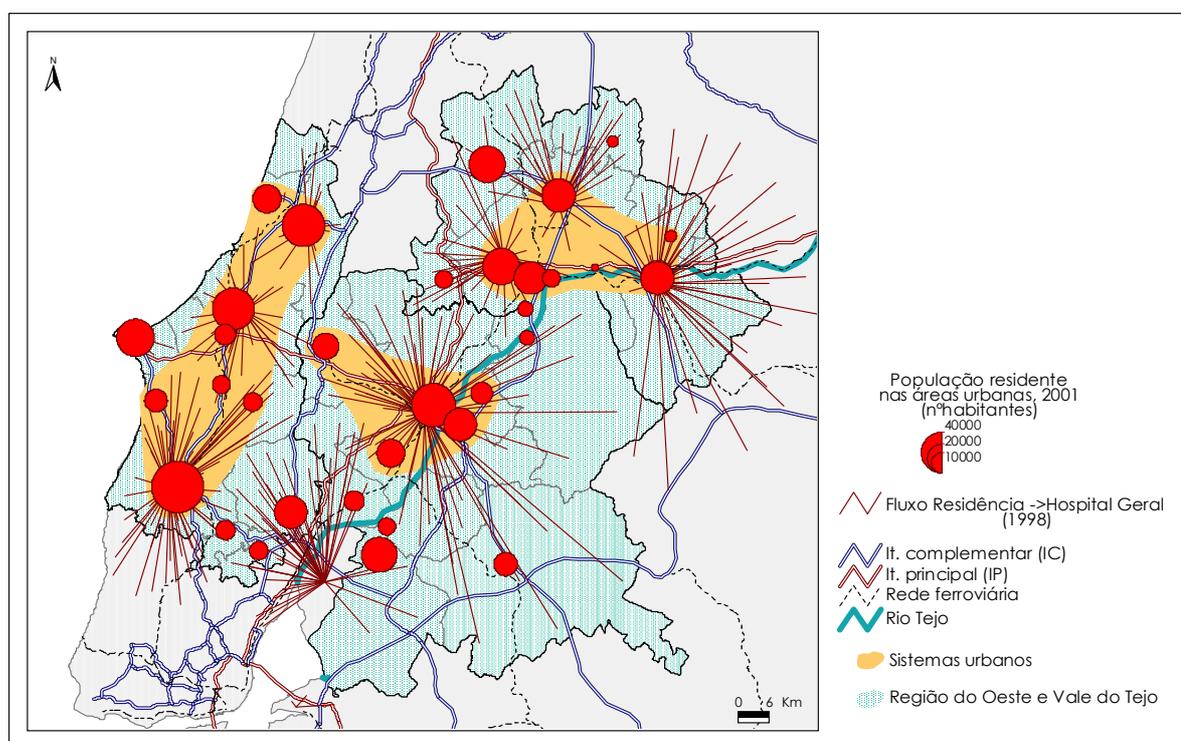
Potencialidades	Estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade patrimonial das cidades (Santarém, Tomar, Alcobaça, Óbidos, ..) e valor paisagístico e ambiental. ▪ Centros urbanos registam, predominantemente, valores razoáveis de crescimento ▪ Qualidade de vida parece ser o denominador comum na afirmação urbana ▪ Potencial agrícola regional permite a sustentação de uma oferta de serviços às actividades agro-florestais ▪ Problemas sociais não têm grande expressão na Região ▪ Municípios ribeirinhos apostam em projectos urbanos de qualificação ambiental ▪ Forte aposta na reabilitação e conservação das áreas históricas e na qualificação urbana (Alcobaça, Torres Vedras, óbidos, Coruche, Abrantes, Tomar, Barquinha, entre outros,..) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geometrias variáveis na delimitação das NUT III e das Comunidades Urbanas pode condicionar a afirmação de uma estratégia regional ▪ Santarém carece de um maior protagonismo a nível do Sistema Urbano Nacional ▪ Escassa visão regional e estratégias de concertação urbana ineficientemente delimitadas ▪ Algumas áreas históricas estão degradadas e abandonadas ▪ Suburbanização de algumas áreas do sul da região, tanto no Oeste como na Lezíria ▪ Pressão urbano-turística no litoral ▪ Actores mostram dificuldades na transposição das estratégias municipais para o nível inter-municipal ▪ Crescimento urbano difuso e pouco estruturado
Oportunidades	Ameaças

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ Valores patrimoniais de importância internacional abrem perspectivas para uma estratégia sustentada no património construído▪ Proximidade e acessibilidade a Lisboa tornam esta região atractiva, designadamente para 2ª residência ou re-localização de actividades económicas▪ Integração no Alentejo e no Centro para efeitos do próximo Quadro Comunitário de Apoio, torna esta área atractiva para novas actividades económicas, designadamente de localização urbana.▪ Construção do aeroporto proporcionará o desenvolvimento de várias áreas de comércio e serviços nas proximidades urbanas▪ Posição geográfica estratégica é atractiva para a localização da logística▪ Todas as Comunidades Urbanas estão a fazer um Plano Estratégico▪ Capacidade de acolher novas actividades económicas, em particular na área da logística▪ Programações culturais são focos de atractividade urbana com impactos fora da Região | <ul style="list-style-type: none">▪ Governança territorial incipiente fragiliza esta região e contribui para uma maior dependência da Metrópole de Lisboa▪ A intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Lisboa nos territórios envolventes, dificulta a afirmação da região▪ Restrições financeiras da Administração Pública poderá condicionar a aposta em sectores de intervenção de tipo eminentemente imaterial (cultura, desporto e lazer);▪ Concorrência interna na afirmação de determinadas especializações urbanas (designadamente, desporto e logística) pode fragilizar estratégia regional▪ Restrições financeiras da administração pública poderão dificultar as intervenções no âmbito da reabilitação de habitação degradada, especialmente nas áreas históricas. |
|--|---|

2.6 SISTEMA URBANO

As novas perspectivas para a região apontam para alterações significativas do sistema urbano do Oeste e Vale do Tejo, nomeadamente na construção de uma efectiva rede de cidades de pequena e média dimensão.

FIGURA 2-30 SISTEMA URBANO REGIONAL – A PARTIR DA PROPOSTA DO PNPOT



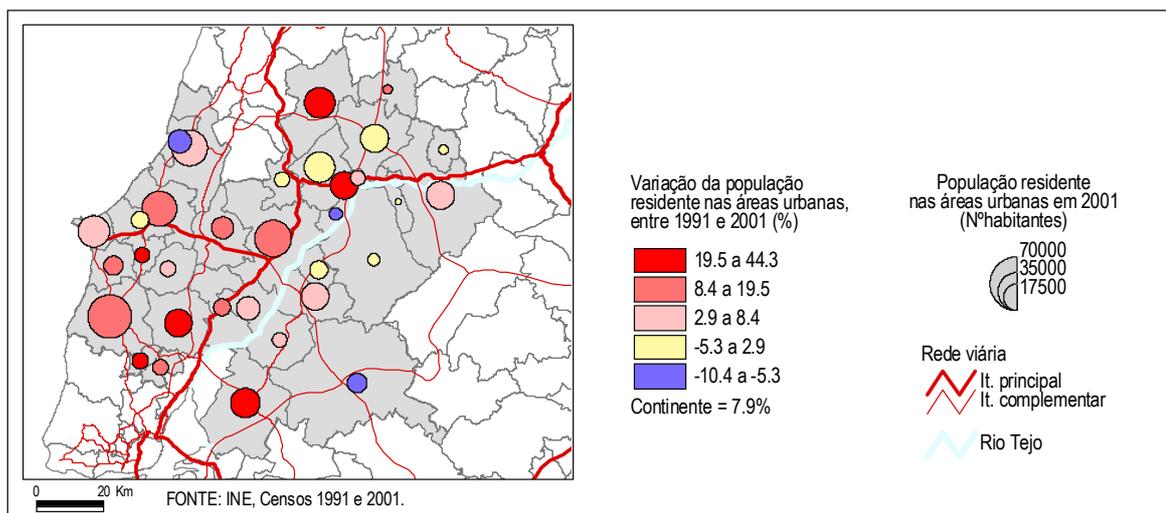
O **eixo Santarém-Cartaxo** expandiu-se para sul, juntando-se ao eixo logístico e industrial do Cartaxo/Carregado-Azambuja/Vila Franca de Xira, formando uma continuidade urbana apoiada na A1 e na linha do Norte. Os concelhos mais a sul da Lezíria do Tejo (Benavente, Salvaterra de Magos e Azambuja) estão num processo progressivo de integração com a região de Lisboa (nomeadamente nos fluxos pendulares diários). Este eixo, polarizado na capital de distrito, assenta numa continuidade urbana com alguma autonomia em relação a Lisboa e com boa articulação interna. Esta autonomia deve sustentar-se num reforço de complementaridade entre Santarém, Cartaxo e Rio Maior. A organização e a afirmação desta estrutura polinucleada

é crucial, de forma a sustentar os processos de sub-urbanização da AML. Santarém continua a ser a maior concentração de comércio e serviços do OVT. A estruturação urbana da margem esquerda do Tejo também é uma evidência - Benavente / Coruche / Salvaterra de Magos / Alpiarça / Almeirim, mas Benavente e Coruche tendem a integrar-se na AML.

O **eixo Torres Novas-Entroncamento-Abrantes** estendeu-se até Tomar e Ourém, formando uma rede de cidades complementares, ancoradas em três pólos estruturantes, Torres Novas, Tomar e Abrantes. É uma estrutura urbana multi-funcional: Torres Novas e Abrantes sobressaem nas infra-estruturas ligadas à tecnologia, logística, formação e infra-estruturas empresariais; Ourém/Fátima nas infra-estruturas turísticas; Torres Novas e Entroncamento completam-se e afirmam-se através do comércio e serviços; Tomar com o património e os serviços de educação; Abrantes evidencia-se também com os serviços de saúde. Os movimentos pendulares inter-concelhos contribuem também para a complementaridade e a coesão desta estrutura urbana. Por outro lado, os concelhos mais setentrionais do Médio Tejo (nomeadamente Sardoal e Ferreira do Zêzere) estão num processo de êxodo das suas populações e numa progressiva concentração da população nos aglomerados urbanos em detrimento das áreas rurais. O posicionamento estratégico proporcionado pelas novas acessibilidades, criam oportunidades para uma melhor integração com o Alto Alentejo (designadamente com Portalegre), com a Beira-Interior (Guarda e Castelo Branco, nomeadamente) e com Espanha. Nos relacionamentos com as regiões adjacentes, Ourém mantém ligações fortes com Leiria, como mostram os fluxos pendulares casa-trabalho e os inter-relacionamentos na área dos serviços.

O **eixo urbano da sub-região do Oeste** caracteriza-se por uma relativa endogeneidade consubstanciada nos movimentos pendulares entre os seus concelhos. O reforço das acessibilidades contribuiu para uma maior articulação com Lisboa, afirmando-se como uma extensão da coroa periférica da AML, com uma crescente procura da segunda residência. É a rodovia A8, que converge em Lisboa, que determina o desenho do sistema urbano do Oeste. Esta via de comunicação estabelece um eixo principal de cidades relativamente próximas do litoral: o triângulo Torres Vedras - Caldas da Rainha – Alcobaça. Aqui, evidenciam-se processos de urbanização e industrialização difusas, sobretudo no litoral, suscitados pela boa acessibilidade facultada pela ligação entre Lisboa e Leiria. Torres Vedras, Alenquer e Azambuja estabelecem fortes relacionamentos pendulares com Lisboa e estão apostar nas infra-estruturas empresariais e da logística, e nos serviços. Na oferta comercial, educação, saúde e nas infra-estruturas culturais e de lazer sobressaiem Caldas da Rainha e Torres Vedras.

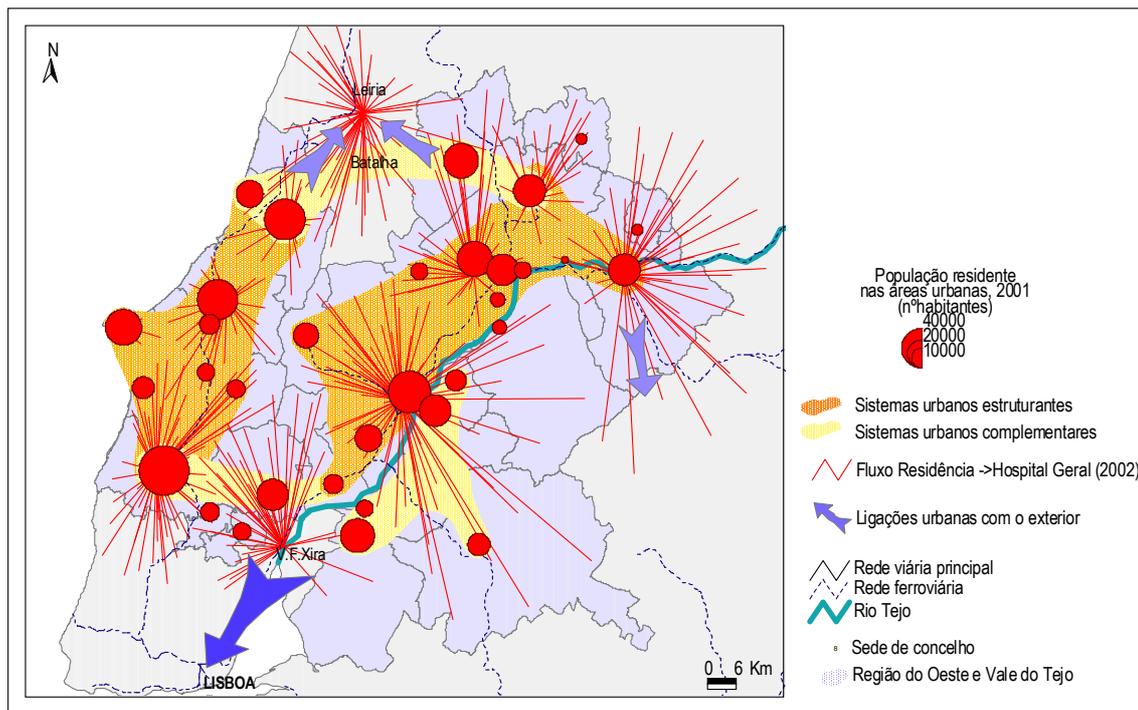
FIGURA 2-31 VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, ENTRE 1991 E 2001



Ao nível da **ligação entre os vários eixos**, perspectiva-se a articulação e a criação de interdependências entre os eixos Torres Vedras-Caldas da Rainha-Alcobaça (Oeste) com Vila Franca-Carregado-Azambuja-Cartaxo-Santarém, tendo como elo de ligação Rio Maior, aproveitando a sua condição de charneira entre as sub-regiões e dando coerência à ligação entre elas, e as novas acessibilidades transversais (A15/IC10/IC11 e IC9), que obstam as barreiras orográficas do sistema montanhoso Montejunto/Aires/Candeeiros. Neste contexto, Rio Maior tem também potencial para estabelecer a ligação entre o Oeste e o polígono Tomar-Torres Novas-Abrantes-Entroncamento. A ligação do IP6 a Espanha constitui um potencial de internacionalização de toda a região.

Sintetizando, em termos de dinâmicas, as interdependências com a AML aumentaram e a conectividade intra-regional mostra tendência para uma melhor integração inter-urbana. A localização do aeroporto em Alcochete e o projecto da plataforma Logística no Poceirão vão construir uma importante centralidade infraestrutural que vai determinar um novo reposicionamento do sistema urbano do OVT.

FIGURA 2-32 SISTEMA URBANO REGIONAL



2.7 SUMÁRIO EXECUTIVO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

2.7.1 CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS SOBRE A REGIÃO

As perspectivas para a Região do Oeste e Vale do Tejo apontam para alterações significativas do seu sistema urbano, nomeadamente no que respeita à construção de uma efectiva rede de cidades de pequena e média dimensão.

A sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e a melhoria das acessibilidades a este espaço territorial tem vindo a induzir efeitos distintos ao nível dos espaços sub-regionais que a integram. Assim, se por um lado é possível constatar, ao longo da última época, a consolidação dos centros e eixos urbanos que tradicionalmente estruturam esta região (Caldas da Rainha/Torres Vedras no Oeste; Santarém na Lezíria; Torres Novas/Tomar/Abrantes, no Médio Tejo), por outro lado, devem destacar-se um conjunto de dinâmicas mais recentes que apontam para a afirmação de um quadro territorial marcado pelos seguintes aspectos:

- um processo crescente de integração (funcional e urbana) de uma parte dos concelhos da Lezíria do Tejo, formando uma cada vez maior continuidade urbana articulada a partir de Lisboa;
- a afirmação do Oeste com uma forte articulação com a AML, fruto de uma crescente procura de segunda residência, potenciada pela A8 e pela sua importância na ligação entre Lisboa a Leiria, ao longo da qual se vem assistindo a processos de urbanização e industrialização difusas;
- a consolidação de uma rede de cidades complementares ao nível do Médio Tejo, resultante, por um lado, de uma progressiva concentração populacional fruto do êxodo rural dos municípios mais setentrionais desta sub-região e, por outro lado, do reforço do seu posicionamento estratégico proporcionado pelas novas acessibilidades que originam uma melhor integração com o Alto Alentejo, Beira Interior e com Espanha;
- o reforço dos níveis de conectividade interna à Região, que têm contribuído para uma maior articulação transversal e para a criação de interdependências entre os centros urbanos das três sub-regiões, destacando-se o papel charneira que Rio Maior poderá desempenhar.

Em síntese, em termos de dinâmicas, as interdependências com a Área Metropolitana de Lisboa aumentaram, e a conectividade interna parece querer mostrar sinais no sentido de uma melhor integração urbana da Região.

2.7.2 SWOT E TENDÊNCIAS

Em termos de diagnóstico estratégico, os seguintes aspectos mostram-se como os mais relevantes:

- o crescimento urbano extensivo, nem sempre tendo sido acautelados os equilíbrios ecológicos, as morfologias a preservar e os interesses colectivos;
- uma dinâmica construtiva muito forte nos últimos vinte anos, que se tem traduzido em alojamentos devolutos e na descaracterização de algumas periferias urbanas;
- a forte presença de alojamento de uso sazonal, indiciando uma procura que ultrapassa o dinamismo económico da Região;
- um parque habitacional globalmente sem problemas graves;
- a difusão de um padrão policêntrico de equipamentos, sobretudo a Oeste, e a emergência de novos núcleos com maior visibilidade a Leste, fruto da proximidade proporcionada pelos novos eixos rodoviários;
- a consolidação dos principais eixos urbanos regionais, o reforço das suas articulações transversais e uma maior integração funcional com a AML.

No que respeita às tendências mais significativas, merecem destaque as seguintes:

- um aumento do desajustamento entre a oferta potencial e a procura de habitação bem como do peso de alojamentos devolutos, sem qualquer utilização;
- a existência de dinâmicas potencialmente geradoras de algumas rupturas territoriais em termos de densidade e dimensão;
- a possibilidade de alguma desestruturação da rede de equipamentos e serviços, motivado pela proximidade e pelas condições de acessibilidade a Lisboa;
- o aprofundamento funcional das ligações transversais entre as três sub-regiões e o alargamento dos principais eixos urbanos a centros de menor dimensão que gravitam nas suas áreas de influência;

3 VISÃO E APOSTAS ESTRATÉGICAS

3.1 ENQUADRAMENTO

O Oeste e Vale do Tejo constituir-se-á como um sistema urbano qualificado e articulado, capaz de assegurar funções avançadas à Área Metropolitana de Lisboa, de potenciar as vocações e especializações regionais de forma competitiva e de consolidar as complementaridades urbanas sub-regionais. Desta forma, deverá inovar na relação urbano-rural, afirmando-se como território de forte densidade relacional e elevada qualidade de vida.

As apostas estratégicas são as seguintes:

1. *Desenvolver um processo de qualificação metropolitana, através do upgrade das funções urbanas existentes e do desenvolvimento de novas funções, orientando-as no sentido de sustentar uma rede policêntrica de cidades intermédias que reforce o papel de articulação com a Área Metropolitana de Lisboa e que sustente uma rede de cidades intermédias com elevada qualidade de vida;*
2. *Afirmar as especializações regionais no quadro de contextos territoriais mais alargados, nomeadamente no que respeita a um conjunto de funções constituído pelo turismo, a cultura, desporto e lazer, pela logística e o acolhimento empresarial, e pelos serviços avançados ligados à agricultura e agro-alimentar;*
3. *Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, e promover novas articulações transversais, aprofundando e especializando o relacionamento interno e mitigando a dicotomia litoral/interior;*
4. *Inovar ao nível da articulação urbano-rural, afirmando funções urbanas portadoras de maior valor acrescentado e apostando numa ruralidade qualificada;*
5. *Estabelecer um processo alargado de governância territorial, mobilizador da capacidade institucional (pública e privada) e da sociedade civil, capaz de potenciar uma nova relação territorial de ordem supra-municipal no Oeste e Vale do Tejo.*

3.2 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA CIDADE / CENTRO URBANO

A auto-avaliação realizada pelos municípios que integram o OVT no que respeita ao seu desempenho ao nível de um conjunto de factores-chave de competitividade urbana e territorial, pode ser sistematizada no quadro seguinte, de forma a expressar as principais indicações estratégicas extraídas das respostas obtidas.

<i>Desempenho Positivo</i>	<i>Desempenho Razoável</i>	<i>Desempenho Fraco</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta Cultural e Criatividade; • Acessibilidades e Mobilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Atracção de Actividades Produtivas; • Capacidade de Empreendimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção em Redes Nacionais e Internacionais; • Oferta de Serviços às Empresas; • Produção e Difusão de Conhecimento

Constata-se então que prevalece a percepção de que, na sua globalidade, a base urbana da região tem vindo a proceder a um *upgrade* ao nível da disponibilização de funções de nível superior aos seus residentes, sendo que esta qualificação se tem feito sentir também ao nível das acessibilidades e mobilidade urbana.

Por outro lado, mas agora em sentido oposto, é reconhecida uma evolução pouco favorável no que respeita à componente relacional das cidades e centros urbanos da região (quer em contextos nacionais quer internacionais), bem como a debilidade existente ao nível da oferta de serviços às empresas.

Por fim, os municípios consideram que tem sido possível ganhar alguma capacidade competitiva no que respeita à atracção e desenvolvimento de capacidade empresarial. Também a produção e difusão de conhecimento é considerada como função urbana que tem vindo a evoluir favoravelmente, embora de forma um pouco contida.

3.3 ESPECIALIZAÇÕES E REDES

3.3.1 AS APOSTAS DE ESPECIALIZAÇÃO

A tabela seguinte apresenta as apostas de especialização manifestadas pelos municípios do OVT como orientações para o seu futuro desenvolvimento.

	<i>Apostas de Especialização</i>						
	Turismo	Infra-estruturas Produtivas	Comércio + Serviços Urbanos	Qualidade Urbana	Cultura, Desporto e Lazer	Produtos Locais	Serviços Avançados
Alenquer				CH			
Chamusca		Eco-Parque					
Alcanena			Melhoria Oferta		X		
T. Novas		Logística					
Constância	T. Activo T. Cultural						
Alpiarça				CH Habitação.			
Golegã	Património Cultural e Natural						
Ourém	Religião Congressos Educação				Museu		
Abrantes	Rio	Z. Ind. Tecnopólo.			X		Serviços Agro-Alimentar
Arruda V.							
Cadaval				CH		Pêra Vinho	
Cartaxo			X	Habitação Espaços Públicos			
Sardoal	X			CH			
S. Magos	Rio Equestre			CH			
Coruche	Percursos Pedestres Rio Património			Revitalização Urbana			

Alcobaça	História Ambiente					Fruta Cerâmica Cristalaria	
F. Zêzere	Natureza						
Santarém	3ª Idade Religioso	Logística					Tics ligadas à Agricultura
Azambuja							Serv. Avanç. às ZI
T. Vedras	Oferta Hoteleira	Polígono Industrial	X				Prod. Hidrog.
Benavente				CH Habitação Circular Urbana			
Lourinhã	Cultural				Museu Dino.		Investigação Universit.
Nazaré	Sol & Praia						
Entroncam	X		X				
Rio Maior				X	Desporto		
Tomar	Cultural + Patrimonial				X		
Sobral M. Agraço					Biblioteca Cine- Teatro		
Peniche	Gastronomia						
C. Rainha			Oferta Comercial		Bienal de Escultura + Tradição Cultural		
Bombarral				Espaços Públicos Habitação			
Óbidos	Património Golf Cultura						
Almeirim							
V. Nova da Barquinha	T. Histórico T. Natureza					Artesanato Produtos locais	

X – Apostas de Especialização genéricas (sem especificação)

As principais conclusões a destacar são as seguintes:

- **Uma aposta com algum significado na Qualidade de Vida Urbana**, fundamentalmente por parte dos municípios com menor dimensão urbana, mas também pelos outros. Esta aposta combina intervenções ao nível da revitalização dos

Centros Históricos, da requalificação habitacional e da reabilitação do edificado, da melhoria dos espaços públicos e da mobilidade;

- **Uma tendência geral para uma forte aposta no Turismo**, sendo de destacar que as apostas mencionadas se caracterizam por uma diversidade de ofertas muito interessante, que poderá resultar numa qualificação global do(s) destino(s) existentes no OVT. O Turismo Cultural/Patrimonial, o Turismo de Natureza/Ambiente e o Golf constituem as ofertas mais relevantes, que se juntam às ofertas tradicionalmente mais fortes já existentes na região (Religioso, Sol&Praia, Rio);
- **O ganho de relevância da Cultura, Desporto e Lazer enquanto aposta de especialização urbana**, sobretudo no que respeita à componente material (construção de equipamentos) e ainda não tanto à imaterial (programação, eventos, redes, formação, etc);
- **Uma orientação clara para reforçar as componentes do Acolhimento Industrial e da Logística**, fortalecendo assim algumas das vocações e especializações da região. É também interessante salientar que se verifica alguma diversificação neste domínio, podendo esperar-se uma qualificação da oferta regional através da oferta de funções mais especializadas (ALE's / Tecnopólo / Eco-Parque / Parque Logístico);
- **Uma aposta nos serviços avançados ligados à Agricultura e ao Agro-Alimentar bem como às actividades instaladas/a instalar nos parques empresariais**, que ainda não sendo muito alargada, permite perceber a preocupação com a necessidade de, por um lado, proceder a um *upgrade* das produções agrícolas regionais, potenciando assim uma das suas especializações e, por outro lado, oferecer melhores condições à fixação de actividades mais intensivas em conhecimento e consumidoras de serviços mais exigentes neste sector.

Globalmente, observa-se, por parte dos centros urbanos de maior dimensão, uma aposta assumida em torno do desenvolvimento de funções urbanas avançadas e, no caso dos restantes centros urbanos, um esforço de qualificação infraestrutural que lhes permita oferecer uma melhor qualidade de vida e um ambiente urbano mais atractivo, reforçando assim o seu papel na articulação urbano-rural.

3.3.2 EIXOS URBANOS E RESPECTIVAS ESPECIALIZAÇÕES

No contexto do OVT, os eixos urbanos que apresentam maior relevância bem como as respectivas especializações, do ponto de vista dos municípios da região, são os seguintes:

<i>Eixo</i>	<i>Especialização</i>
▪ Torres Vedras / Alenquer / Azambuja	Logística – Serviços – Indústria, com forte relação com a AML
▪ Rio Maior / Santarém / Cartaxo	Serviços – Logística – Indústria – I&D
▪ Torres Novas / Entroncamento / Tomar/ Abrantes	Comércio e Serviços – Saúde – Ensino – Indústria – Turismo – Novas Tecnologias - Logística
▪ Torres Vedras /Lourinhã/Peniche/Óbidos//Caldas da Rainha /Alcobaça/ Nazaré	Turismo - Comércio e Serviços
▪ Alcobaça/ Nazaré/Fátima/Tomar	Turismo - Cultura - Comércio e Serviços, com forte relação com Leiria
▪ Benavente / Coruche / Salvaterra de Magos / Alpiarça / Almeirim	Act. Agro-Indústrias e Serviços de Apoio

É assim possível destacar um conjunto de eixos de natureza funcional, que marcam o território em análise e a sua estruturação urbana. Convém então destacar o seguinte:

- **a existência de um eixo litoral claramente associado ao Turismo e ao Comércio e Serviços**, que engloba a faixa litoral do Oeste e o principal pólo turístico do Médio Tejo e da Região (Fátima);
- **um eixo com forte relacionamento com Leiria**, que inclui Nazaré, Alcobaça, Fátima, Ourém e Tomar;
- **um eixo multifuncional que estrutura todo o Médio Tejo**, onde as funções industriais e logísticas começam a ganhar relevância no contexto regional (fruto das melhores acessibilidades e da existência de solo disponível), e o turismo e o terciário assumem relevância a nível sub-regional;

- **uma especialização de natureza mais pesada e claramente de 2ª linha à AML**, na zona de interface entre esta área e o OVT, sustentada nas funções logísticas, industriais e de serviços de apoio (transportes, armazenagem, etc);
- **um eixo interior à região, que estrutura a Lezíria do Tejo**, e que assenta na sua especialização agro-industrial e numa forte relação urbano-rural.

3.3.3 PARCERIAS E REDES DE COOPERAÇÃO

De uma forma geral, pode afirmar-se que as autarquias do OVT mantêm uma rede de parcerias pouco diversificada e centrada sobretudo na escala municipal. Dois domínios merecem especial relevância, já que são aqueles que geralmente existem em todos os municípios, concretamente: a Acção Social, materializada nas Redes Sociais Municipais, na construção de equipamentos e no desenvolvimento de serviços de apoio a públicos desfavorecidos; a Dinamização Económica, através das parcerias na implementação de Projectos de urbanismo comercial, na realização de eventos económico/turísticos e na formação.

Para além destas, registam-se ainda parcerias com diferentes focalizações sectoriais (Cultura, Ambiente, Desenvolvimento Rural, Desporto, Turismo, ...), que normalmente estão ligadas a actividades de formação, realização de eventos e implementação de projectos específicos.

No que respeita à capacidade dos agentes locais para se envolverem em processos de cooperação, as perspectivas dos municípios são, na sua globalidade, positivas, embora para alguns deles esta situação constitua uma limitação ao seu desenvolvimento.

Por outro lado, a grande maioria dos municípios da região afirma estar integrada em redes de cooperação, umas de natureza administrativa e outras de natureza temática, no quadro das quais se destacam, entre outros, os seguintes domínios:

- Mobilidade / Acessibilidades;
- Municípios com Centro Histórico;
- Comunidades Urbanas;
- Cultura (Equipamentos e Programação);

Devem ainda salientar-se mais dois aspectos que ajudam a caracterizar o tema da cooperação: por um lado, o facto de apenas um número reduzido de municípios ter referido fazer parte de redes de carácter transnacional; por outro lado, e numa leitura territorial, se constatar que são

os municípios da Lezíria do Tejo os que parecem apresentar uma menor prática de cooperação.

3.3.4 PRINCIPAIS FACTORES PARA A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

Quando inquiridos no que respeita aos factores que consideram como sendo os mais relevantes do ponto de vista do aprofundamento da cooperação intermunicipal no quadro do OVT, os municípios apontaram como mais importantes os seguintes:

- Reforço de Intermunicipalidade e das Políticas Regionais;
- Mobilidade e Acessibilidades;
- Gestão e Valorização do Património Natural e Paisagístico;
- Turismo;
- Gestão Integrada de Equipamentos e Infraestruturas;
- Prestação de Serviços Comuns;
- Contratualização do QREN;

Como pode ser constatado, se tivermos em consideração aquelas que são as temáticas mais relevantes no desenvolvimento da região, a selecção apresentada é bastante ajustada às mesmas e revela, por um lado, uma preocupação com o reforço das práticas de cooperação a uma escala mais alargada (meso) e, por outro lado, a vontade de avançar para níveis de cooperação mais aprofundados, uma vez que as questões ligadas à contratualização da gestão de apoios comunitários e a organização de recursos bem como o desenvolvimento de serviços comuns surgem como áreas de aposta.

3.3.5 CONCLUSÃO

Os elementos que resultam das análises efectuadas (designadamente as reuniões sectoriais da CMC, as entrevistas e os inquéritos aos municípios do OVT), permitem desde logo consolidar as apostas estratégicas definidas anteriormente, sendo desde logo possível destacar os seguintes aspectos:

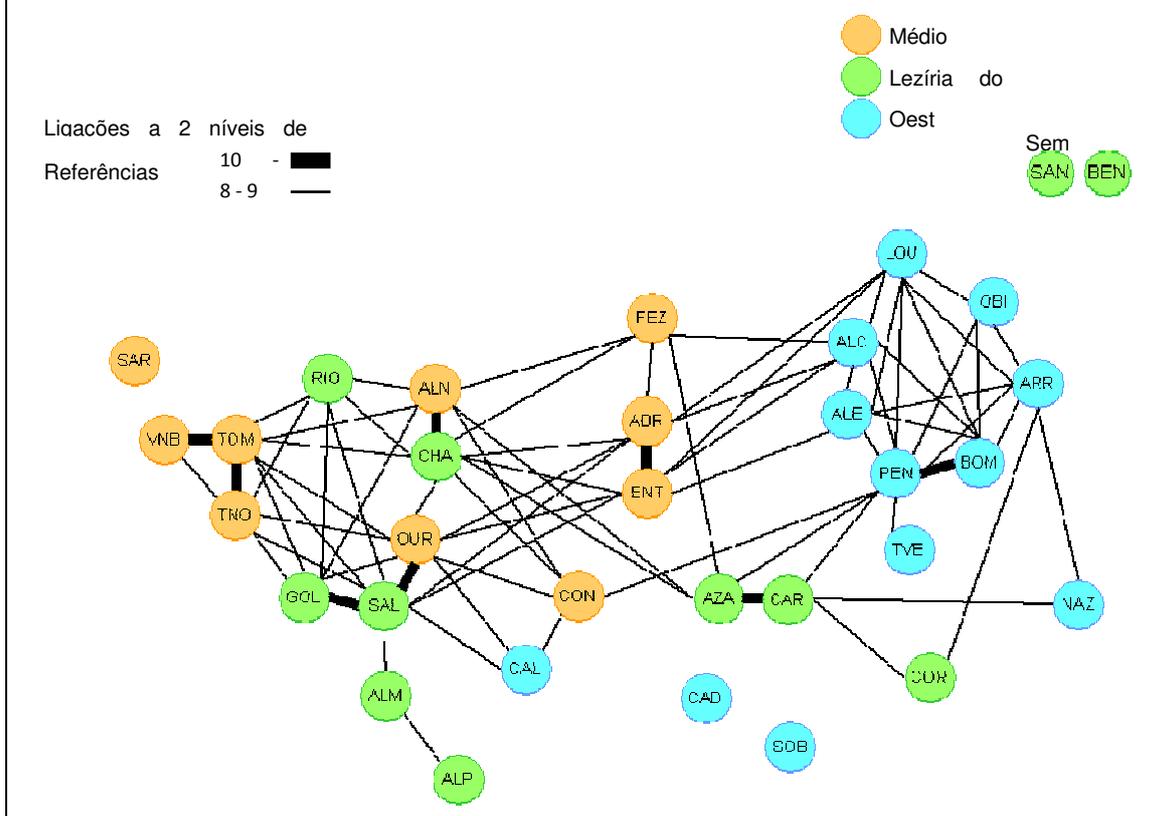
- a. A aposta generalizada na qualificação urbana e no turismo, e o reforço de funções de apoio às actividades da AML (logística, transportes e acolhimento empresarial) revelam uma orientação clara para uma função de suporte a esta área metropolitana;
- b. As apostas estratégicas e as temáticas mais relevantes de cooperação apontam de forma inequívoca para o reforço das especializações regionais (logística, acolhimento empresarial, turismo, agro-indústrias), a partir de uma organização espacial de natureza sub-regional;
- c. Regista-se desde logo uma aposta no desenvolvimento de serviços avançados que permitam à região ganhar uma vantagem competitiva no domínio da agro-indústria e no reforço da articulação urbano-rural;
- d. Identifica-se uma forte intenção de reforçar o processo de governância territorial, para escalas territoriais mais abrangentes, a níveis de cooperação mais aprofundados.

3.4 IDENTIDADE E CONECTIVIDADE REGIONAL

De forma a analisarmos as perspectivas municipais relativamente à imagem que detêm da região, foram construídos dois esquemas (poliedros), a partir dos questionários elaborados às Câmaras Municipais.

Poliedro 1. Como vêem a região

Poliedro dos concelhos relativamente à imagem que transmitem da região



Dois conjuntos de concelhos, não muito bem definidos, têm perspectivas relativamente diferentes da região (poliedro 1):

- 1) Individualiza-se (à esquerda no poliedro) um grupo constituído por concelhos da Lezíria e do Médio Tejo – que é individualizado pelo conjunto do extremo – Tomar, Torres Novas, V. N. Barquinha.

2) Um grupo constituído pelos concelhos do Oeste têm perspectivas semelhantes (à direita no poliedro).

3) Alguns concelhos têm perspectivas comuns aos dois grupos anteriores, com realce para a dupla Abrantes e Entroncamento.

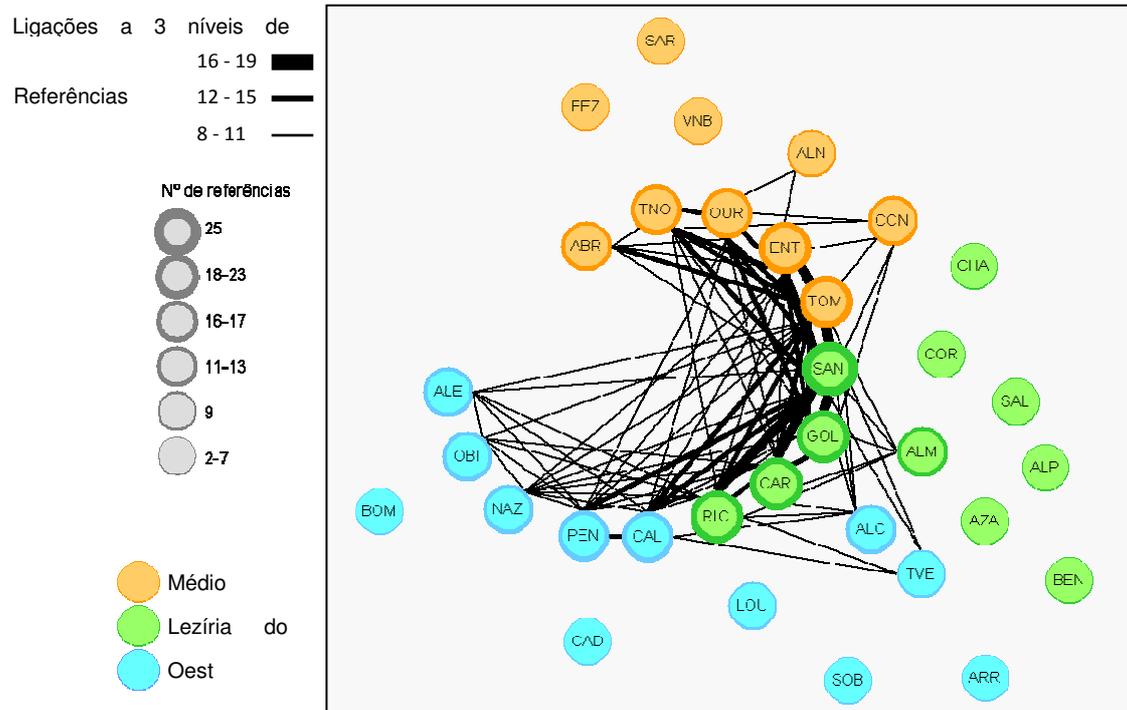
Podemos ainda acrescentar que alguns concelhos, geograficamente mais periféricos na região (ou mais ligados a outras regiões), têm perspectivas “individuais” e têm uma menor “perspectiva regional” – casos de Cadaval, Sobral, T. Vedras, Coruche, Sardoal ou Ferreira do Zêzere.

Parece existir alguns afastamentos de perspectivas entre os concelhos do Médio Tejo (que se nomeiam menos entre si), como se evidencia no afastamento de Abrantes/Entroncamento relativamente a Tomar/Torres Novas.

A Lezíria da margem esquerda aparece mais ligada aos concelhos do Tejo. A da margem direita, Cartaxo e Azambuja, mais próxima do Oeste.

Rio Maior e Caldas da Rainha Posições apresentam posicionamentos menos esperados, pois aparecem a penderem claramente para o Tejo e não para o Oeste.

Poliedro 2. Como os concelhos são vistos



Relativamente à forma como os concelhos são reconhecidos, devem ser evidenciadas as seguintes conclusões:

1. Um **Forte consenso** em torno de um conjunto de concelhos com uma “**imagem forte e definida**” na região:

- Santarém numa posição central e destacada (gótico, património e capital).

- Tomar (património), Golegã (cavalos), Cartaxo (vinho), Entroncamento (comboio) e Rio Maior (desporto) com marcas muito fortes e transversais a todas as sub-regiões.

2. Numa segunda posição, aparecem os Concelhos com marcas intermédias e com **reconhecimento regional**:

- Caldas da Rainha, Peniche, Nazaré, Óbidos e Alenquer no Oeste.

- Torres Novas, Abrantes e Ourém no Médio Tejo.

3. Dois concelhos – Almeirim (Lezíria) e Constância (Médio Tejo) – têm marcas intermédias mas só têm **identidade sub-regional**.

4. Dois concelhos do Oeste – Alcobaça e Torres Vedras – mostram marcas intermédias mas com uma **menor identidade sub-regional**.

5) Os restantes concelhos têm **imagens fracas ou muito fracas**.

Pode-se concluir que o processo de construção do PROT deve contribuir para o reforço da conectividade inter-municipal, em torno das estratégias enunciadas e de uma imagem regional mais integrada e prospectiva.

4 . BIBLIOGRAFIA

- Athey G., Nathan M e Webber C. (2007): *What Role do Cities Play in Innovation, and to What Extent do We Need City-Based Innovation Policies and Approaches*, NESTA Working Paper 01/June 2007.
- Cavaco, C., Moreno, L. (2006), "Não tem sentido separar o mundo rural do urbano", entrevista a *Pessoas e Lugares*, nº 41, 2006.
- Clark, G. (2006a), *Cities, Openness and the Competitive Advantage of Diversity*, www.citiesandregions.com
- Clark, G. (2006b), *City Competitiveness: Investment, Diversity, Catalysts, Strategy*, Belfast, INTA 2006.
- Cortright, G. (2006), *City Vitals: New Measures of Success for Cities*, Impresa Consulting.
- Dahlman, Anderson (2007), "European Cities in the Knowledge Economy: Towards a Typology", *Urban Studies*, Volume 44, Issue 3, March 2007, pages 525-549.
- European Commission, (2006), *Cohesion Policy and cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions*, Communication from the Commission to the Council and the Parliament, COM (2006) 385 final, Brussels 13.7.2006.
- European Commission, *The urban dimension in Community policies for the period 2007-2013*, Guide.
- ESPON (2005), "Territorial Impact Assessment of Governance of Territorial and Urban Policies in ESPON Space", project 2.3.2: *Governance of Territorial and Urban Policies from EU to local level*.
- ESPON (2006), *Small and Medium-Sized Towns (SMESTO)*, project 1.4.1, Final Report, May.
- ESPON (2006), *Preparatory Study on Social Aspects on EU Territorial Development*, project 1.4.2, Final Report, June.
- ESPON (2006), *Study on Urban Functions*, project 1.4.3, Draft Final Report, October.
- ESPON (2006), *Preparatory Study on Feasibility of Flows Analysis*, project 1.4.4, Interim Report, August.
- ESPON (2006), *Preparatory Study on Feasibility of Flows Analysis*, project 4.1.3, Interim Report, July.
- ESPON (2006), *Feasibility study on monitoring territorial development based on ESPON key indicators*, project 4.1.3, Interim Report, July.
- FERRÃO, João (2002), "Portugal, Três Geografias em Recombinação – Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais", *Lusotopie*, 2002/2, pp.151-158.

- FERRÃO, João (2000), "Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Actual e Pistas para o Futuro", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº33, pp. 45-54.
- Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class, and How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life*, New York, Basic Books.
- Friedmann, J. (2007), "A Spatial Framework for Urban Policy: New Directions, New Challenges", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).
- Gabble, C. (2006), *Bridging the Digital Divide in Public Participation: The Roles of Infrastructure, Hardware, Software and Social Networks in Helsinki's Arabianranta and Maunula*, A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Urban Planning, University of Washington, mimeo.
- Gaspar, Jorge (2000), "Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal", in BELLET, C, LLOP, J. (ed) *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.
- Groth, Niels Boje (2005), *Profiles of Medium Sized Cities in the Baltic Sea Region*, Danish Centre for Forest, Landscape and Planning, KVL.
- Hall, P. (2007), "'Hard' Policy Instruments and Urban Development", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).
- Hall, P. (1999), "The Creative City in the Third Millennium", in Verwijnen, J. and Lehtovuori, P.,(Ed), *Creative Cities; Cultural Industries, Urban Development and the Information Society*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.
- Hanell, Tomas; Neubauer, Jörg (2005), *Cities of the Baltic Sea Region – Development Trends at the Turn of the Millennium*, Nordregio.
- Hilding-Rydevik, Tuija, Hlökk Theodórsdóttir Ásdis (2004), *Planning for Sustainable Development – the practice and potential of Environmental Assessment*, 5th Nordic Environmental Assessment Conference Reykjavik, Iceland.
- Hutton, W. (2007), "Building Successful Cities in the Knowledge Economy: The Role os 'Soft Policy' Instruments", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).
- ISCTE/CET, (2005), *Políticas Públicas de Revitalização Urbana – reflexão para a formulação estratégica operacional das actuações a concretizar no QREN*, Relatório elaborado para o Observatório do QCAIII, Outubro de 2005.
- Jacquier, C. (2006), "Can Distressed Urban Areas Become Growth Poles?", in *OECD Territorial Reviews, Competitive Cities in the Global Economy*, OECD, 2006.
- Jones, A. et al (2006a), *Ideopolis: Knowledge City-Regions*, the work foundation, http://www.theworkfoundation.com/Assets/PDFs/Ideopolis_Complete.pdf

- Jones, A. et al (2006b), *Enabling Cities in the Knowledge Economy*, The Work Foundation, An independent report prepared for the Department for Communities and Local Government, October 2006.
- Karvinen, M. (2005), "Helsinki; Innovation and Creative Strategies – Reinventing Regional Governance", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.
- Leo van den Berg, Jan van der Meer and Peter M. J. Pol (2003) "Organising Capacity and Social Policies in European Cities", *Urban Studies*, Vol. 40, No. 10, 1959–1978, September 2003.
- Martins Natalino (coord.) "Projecto Cidades Inteligentes: Orientações de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades", Work Package 3 da parceria para o projecto *Intelligent Cities*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- Martins Natalino (coord.) (2008), "Política de Cidades Polis XXI - Redes urbanas para a competitividade e a inovação", Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.
- Martens, Karel (2005), "Participatory Experiments from the Bottom up - The role of environmental NGOs and citizen groups", *European Journal of Spatial Development*, Nov., nº 18.
- ODPM (2006) State of the English Cities, Urban Research Summary 21, ODPM Publications, ODPM, <http://www.odpm.gov.uk>
- OECD (2007), *Competitive Cities: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development*, OECD Territorial Reviews.
- Parr, J. (2005), *Economic definitions of the city: Four perspectives*, mimeo. Ratcliffe, J., *Competitive Cities: five keys to success*, www.chforum.org/library/compet_cities.html
- Rogers, R. (1997), *Cidades para um pequeno planeta*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, AS, 2001.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Porto, Afrontamento.
- Sassen, S. (2007), "The Repositioning of Cities and Urban Regions in a Global Economy: Pushing Policy and Governance Options", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007.(Mimeo).
- Scott, A. (2007), "The resurgent city: Economy, society, and urbanization in an interconnected world", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).
- URBACT (2007), *Strengthening the Local Economy and the Local Labour Market in Deprived Urban Areas – Good Practices in Europe*, Study completed for the German

Federal Ministry of Transport, Building and Urban Affairs in view of the preparation of the German Presidency of the UE, March 2007.

Windem, W. van (2005), *Small and medium-sized cities in the knowledge-based economy: Challenges and policy options*, Lecture delivered in Magdeburg, 18 October, at Congress IBA Stadtumbau Sachsen-Anhalt, 17-19 Oct. 2005, Magdeburg.

Windem, W. van, Berg, L. van den (2004), *Cities in the knowledge economy: New governance challenges*, Discussion paper, EURICUR, Project STRIKE.

Van der Meer and R.M. Van Hoek (1999), "The future Governance of City Regions: state of art in the Netherlands", EURICUR, Erasmus University of Rotterdam.

Van den Berg, H.A. van Klink and J. van der Meer (1993), *Governing Metropolitan Regions*, chapter 1 and chapter 10, Avebury:Aldershot.

Stoker, G. (1995, July). Public Private Partnerships and urban governance. Paper presented to the Housing Studies Association Conference, University of Strathclyde, Glasgow.